



 **FOGOCRUZADO**

RELATÓRIO ANUAL — 2024

APRESENTAÇÃO — **3**

A IMPORTÂNCIA DAS ARMAS DE FOGO — **5**

RIO DE JANEIRO — **22**

BAHIA — **35**

PERNAMBUCO — **43**

PARÁ — **51**

METODOLOGIA — **58**

FICHA TÉCNICA — **59**

APRESENTAÇÃO

O novo relatório anual do **Instituto Fogo Cruzado** nos coloca novamente diante de estatísticas e histórias que parecem extraídas dos relatórios anteriores. O ciclo da violência armada nos grandes centros urbanos brasileiros parece se desenrolar como um roteiro que se repete incansavelmente, sem dar sinais de mudança.

Em 2024, o Fogo Cruzado ampliou sua atuação ao incluir a região metropolitana de Belém em seu monitoramento, incorporando oito novos municípios paraenses à metodologia de análise da violência armada. Com essa expansão, o monitoramento passou a cobrir 57 municípios em quatro regiões metropolitanas brasileiras — Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Belém — registrando um cenário preocupante: 6.769 tiroteios, que resultaram em 5.936 pessoas baleadas, sendo 4.104 mortas e 1.832 feridas. O dado que ainda chama atenção, ano após ano, é que quase um terço desses confrontos (29%) ocorreu durante ações policiais, revelando, de fato, a necessidade urgente de que o Governo Federal assuma sua responsabilidade na regulação do uso da força pelas polícias.

O Rio de Janeiro registrou uma diminuição geral nas mortes violentas e nos conflitos armados em 2024, comparado a 2023. No entanto, alguns episódios específicos de violência deixaram marcas profundas na memória da população. O mais impactante ocorreu em outubro, quando uma **operação policial** desencadeou um imenso tiroteio que paralisou a Avenida Brasil, principal via da cidade. O saldo trágico incluiu três trabalhadores mortos e outros três feridos por balas perdidas. A operação policial gerou uma série de transtornos que se estenderam muito além da Avenida Brasil: a BR-116 (Via Dutra) e a Ponte Rio-Niterói também

foram fechadas; 35 linhas de ônibus regulares, o BRT Transbrasil e o Ramal Saracuruna da Supervia tiveram suas operações interrompidas; 17 unidades escolares suspenderam as aulas; e dois centros de saúde ficaram impossibilitados de atender pacientes. As imagens de motoristas, passageiros e crianças buscando proteção contra tiroteios atrás das muretas de concreto da via revelam a dimensão do trauma coletivo vivido pela população. Do ponto de vista das forças policiais, o resultado da operação resumiu-se à apreensão de duas granadas e à prisão de um suspeito, evidenciando uma desproporcionalidade entre a ação e seus impactos sociais.

O monitoramento passou a cobrir 57 municípios em quatro regiões metropolitanas brasileiras — Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Belém — registrando um cenário preocupante: 6.769 tiroteios, que resultaram em 5.936 pessoas baleadas, sendo 4.104 mortas e 1.832 feridas.

A Bahia manteve o protagonismo de polícia mais letal do país. O caso de um policial filmado rendendo e agredindo um adolescente e um jovem a cerca de dois quilômetros do Palácio de Ondina, residência oficial do governador, ilustra bem como foi o ano de 2024. Os índices de letalidade policial no território baiano bateram recorde e evidenciam uma política de segurança que prioriza o confronto em detrimento de estratégias mais eficazes e menos letais de policiamento. No caso citado, além de agressões físicas, o policial militar disparou diversas vezes na direção das vítimas. O adolescente morreu na hora, o jovem chegou a ser socorrido, mas morreu 26 dias depois. O [vídeo gravado](#) por uma testemunha não deixa dúvidas que o policial não se encontrava em uma situação de risco, contrariando o depoimento dado pelo agressor na delegacia.

Pernambuco registrou em 2024 uma redução nos índices de mortes violentas, embora este dado precise ser contextualizado pelo pico de homicídios observado em 2023. Na região metropolitana do Recife, os dados de violência armada, monitorados pelo Fogo Cruzado, seguem significativamente acima dos registros do período que vai de 2019 a 2022, sugerindo que a região ainda enfrenta desafios estruturais no combate a este tipo de violência. Um caso emblemático ocorreu em dezembro, em Camaragibe, quando um policial militar de folga executou um motorista de aplicativo após contestar o valor de R\$ 7 cobrado pela corrida.

A situação reflete um padrão onde a maioria dos casos de violência armada envolve conflitos interpessoais resolvidos com disparos de arma de fogo.

No Pará, o primeiro ano completo de monitoramento do Fogo Cruzado revelou um cenário alarmante da violência armada na região metropolitana de Belém: 41% das mortes violentas registradas estão diretamente relacionadas a ações policiais, a maior porcentagem entre as regiões metropolitanas acompanhadas pelo instituto. Um território ilustra a realidade da região: o [Quilombo do Cupuaçu](#). Entre maio e agosto de 2024, três homens foram mortos em circunstâncias semelhantes de intervenções policiais [nesta localidade](#). Os casos revelam o papel dos agentes do Estado na vitimização por armas de fogo, mas também a vulnerabilidade dos quilombos frente a ações estatais letais.

A distribuição geográfica das áreas monitoradas pelo Fogo Cruzado, abrangendo as regiões Sudeste, Nordeste e Norte do país, possibilita identificar tanto padrões comuns quanto especificidades regionais no uso da força letal pelo Estado. Permite também compreender a dimensão dos conflitos entre grupos armados no cotidiano de grandes centros urbanos. Mais do que números isolados, o monitoramento simultâneo dessas quatro áreas revela tendências preocupantes:

1. OS TIROTEIOS E AS MORTES POR ARMA DE FOGO SEGUEM SENDO MUITO SIGNIFICATIVOS NO BRASIL;

2. NÃO CONSEGUIMOS ADOTAR DE MANEIRA AMPLA MODELOS DE SEGURANÇA PÚBLICA QUE PRIORIZEM A SEGURANÇA DAS PESSOAS, E A POLÍCIA É UM MOTOR DA VIOLÊNCIA ARMADA;

3. OS CONFLITOS ENTRE GRUPOS ARMADOS E A CONTÍNUA EXPANSÃO DESSES GRUPOS PELO TERRITÓRIO NACIONAL DEMANDAM MEDIDAS EFICAZES PARA GARANTIR A SEGURANÇA DA POPULAÇÃO.

A IMPORTÂNCIA DAS ARMAS DE FOGO

Os dados de tiroteios e baleados nas quatro regiões metropolitanas monitoradas pelo Fogo Cruzado são impactantes, mas tornam-se mais graves quando analisados em conjunto com outros indicadores nacionais. Os dados do DATASUS revelam que entre 2015 e 2022, 73% dos homicídios no país foram cometidos com armas de fogo. Esta proporção apresenta variações regionais significativas, com estados como a Bahia (82%) e Pernambuco (80%) registrando índices ainda mais elevados, enquanto Rio de Janeiro (70%) e Pará (72%) mantiveram-se levemente abaixo da média nacional. É notável que, mesmo com variações nas taxas gerais de homicídios ao longo dos anos, a proporção de mortes por armas de fogo demonstrou a persistente predominância desse tipo de instrumento nos crimes violentos letais.

Em 2017 havia 637.972 armas registradas no Sistema Nacional de Armas (Sinarm/PF), em 2023 o número saltou para 2.088.048, uma variação de 227% segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Quando somado com as 963 mil armas de fogo de caçadores, atiradores

e colecionadores (CAC) recadastradas junto à PF e com as armas com registro vencido no Sinarm (1,7 milhão), chegamos a um número próximo a 4,8 milhões armas de fogo em posse da população civil. O aumento exponencial é fruto direto da flexibilização das políticas de controle de armas nos últimos anos.

A política de crescente circulação de armas traz consigo riscos significativos. Ao longo dos anos, diversos casos documentados de desvio dessas armas para o mercado ilegal evidenciam como esta política tem, ainda que indiretamente, fortalecido o arsenal do crime organizado, gerando um ciclo perverso que intensifica a própria violência que busca combater.

Soma-se a esse grave cenário, a tendência histórica dos governos estaduais no Brasil de combater o descontrole da violência utilizando-se majoritariamente de ações de confronto armado. Entre 2015 e 2024, mais de 52 mil pessoas morreram em confrontos com agentes de segurança, segundo dados do SINESP. A cifra ultrajante, combinada

Entre 2015 e 2024, mais de 52 mil pessoas morreram em confrontos com agentes de segurança, segundo dados do SINESP.

a demora e às constantes interrupções na publicação desses dados no portal nacional, são alguns dos fatores que denotam a importância da produção cidadã de dados, como a realizada pelo Instituto Fogo Cruzado. Apenas em 2024, registramos 1.071 pessoas mortas e 707 feridas em ações policiais nas quatro regiões metropolitanas do país que monitoramos. Uma média de cinco pessoas baleadas por dia em ações policiais. O cenário se agrava ainda mais quando olhamos para os casos de chacinas que, pelo número significativo de vítimas, trazem em si indícios de abuso do uso da força. Em 2024, registramos 85 casos como este: 59% deles ocorreram em ações policiais.

Na véspera de Natal no Rio de Janeiro, um caso envolvendo a Polícia Rodoviária Federal (PRF) evidenciou o padrão de atuação das instituições policiais. Durante uma abordagem na Rodovia Washington Luís (BR-040), em Duque de Caxias, agentes da PRF dispararam tiros de fuzil contra um veículo em que uma família seguia para a ceia de Natal em Niterói. Uma jovem foi atingida na cabeça pelos disparos, e seu pai, que conduzia o carro, também foi ferido na mão esquerda. Segundo ele, não havia justificativa para uma abordagem com uso de arma de fogo.

Os dados demonstram que a escalada da violência armada continua a desenhar uma trajetória preocupante

em nosso país. O crescimento consistente no número de armas em circulação, associado aos índices alarmantes de mortes violentas e à reação desproporcional, e muitas vezes despreparada, das instituições policiais, pautadas pela violência, sinalizam a urgência de uma resposta mais articulada e baseada em evidências por parte das autoridades.

A equipe do Fogo Cruzado, para além da compilação de dados estatísticos em 2024, ampliou o olhar sobre as respostas institucionais à violência armada. Ou seja, procuramos entender o que os gestores públicos têm feito para lidar com este problema, tanto no nível federal quanto no nível estadual. A conclusão é que faltam estratégias concretas para lidar com este estoque massivo de armas em circulação e para lidar com instituições policiais violentas.

No cenário nacional, o governo federal tem investido esforços na construção de uma Proposta de Emenda à Constituição, que ficou conhecida como PEC da Segurança Pública. Embora ela apresente mudanças no sistema de segurança brasileiro, com alguns aspectos positivos, como o fortalecimento de uma coordenação nacional através do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), considerando o caráter transnacional e interestadual do crime organizado, outros se mostram bastante preocupantes. O foco excessivo em medidas ostensivas em detrimento do investimento em investigação e

Faltam estratégias concretas para lidar com este estoque massivo de armas em circulação e para lidar com instituições policiais violentas.

inteligência, fundamentais para o esclarecimento de casos de violência, é problemático, para dizer o mínimo. Exemplo disso, é o aumento das competências da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para além do patrulhamento ostensivo das rodovias federais que, provavelmente, acarretará na ampliação da militarização da segurança pública do Brasil.

A PEC não faz nenhuma menção ao controle do uso da força. Ou seja, apesar dos números de casos apontarem para um problema de excesso de violência das instituições policiais, o governo optou por não inserir o controle dessas instituições na proposta. Para lidar com o controle do uso da força, o governo federal optou por elaborar um decreto nos últimos dias de dezembro de 2024, delegando essa regulamentação crucial para um documento à parte que, embora essencial, é muito mais frágil juridicamente do que uma emenda constitucional. Esta é uma lacuna significativa em um aspecto fundamental da reforma da segurança pública, considerando especialmente o histórico de letalidade policial no país.

Como a PEC, o decreto representa alguns avanços significativos e algumas lacunas. No aspecto positivo pode-se apontar algumas diretrizes nacionais sobre uso da força e o condicionamento do acesso ao Fundo Nacional de Segurança Pública à adesão ao decreto — uma prática comum e legítima de gestão pública, apesar das críticas de alguns governadores que a caracterizam como “chantagem”. No entanto, o decreto ainda carece de critérios claros para avaliar essa adesão e seus parâmetros de implementação.

Quanto à responsabilização, embora o decreto preveja medidas para responsabilizar individualmente os agentes, há uma lacuna importante: a ausência de mecanismos para responsabilizar os comandos e as corporações. Esta é uma falha crítica, considerando que os dados do Fogo Cruzado evidenciam que a letalidade policial se configura como uma política institucional, e não como casos isolados de desvio de conduta, e precisa assim ser tratada se quisermos ver mudanças significativas.

Por fim, o foco exclusivo em mortes é insuficiente para uma prevenção efetiva da violência policial. Como demonstra a experiência do Fogo Cruzado, é fundamental monitorar todo uso da força, não apenas os casos com vítimas fatais. Afinal, precisamos considerar que, em 2024, nas quatro regiões metropolitanas que o instituto monitora, das 1.778 pessoas baleadas durante ações policiais, 40% sobreviveu. Isso sem contar o impacto mais difuso,

mas também gravíssimo, de ações policiais que perpetuam a violência armada, sobre serviços básicos essenciais, como o funcionamento de escolas e postos de saúde, ou o fluxo de transportes públicos.

Embora o texto preveja a criação de um Comitê Nacional de Monitoramento com participação da sociedade civil, faltam indicadores claros e abrangentes para o monitoramento do uso da força que considerem todo e qualquer disparo de arma de fogo ocorrido em ação policial.

No que diz respeito ao acesso às armas de fogo, embora o governo federal tenha implementado novas restrições em 2023, o imenso arsenal que entrou em circulação durante o período anterior permanece como um desafio sem solução aparente.

Atualmente, o sistema de concessão de registro de armas de fogo ainda é muito falho. Um exemplo concreto sobre os desafios aparece na investigação recente do Tribunal de Contas da União (TCU), que expôs vulnerabilidades críticas no sistema de controle de armas. A análise revelou que, entre os registros no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma), havia 70.646 pessoas com boletins de ocorrência registrados, 9.387 com mandados de prisão ativos e 19.479 respondendo a processos de execução penal. Mais alarmante ainda é a constatação de que até 76% das armas apreendidas pela Polícia Federal, entre 2013 e 2021, podem ter sido inicialmente adquiridas legalmente, sendo posteriormente desviadas para o mercado ilegal¹.

No penúltimo dia de 2024, o governo federal publicou o decreto 12.345/2024, representando um recuo parcial do governo em relação ao decreto anterior de 2023, devido à forte pressão do lobby armamentista. O decreto estabelece novas diretrizes para o controle de armas no Brasil, trazendo alguns aspectos para aumentá-lo, mas introduzindo também algumas flexibilizações significativas. Uma das principais mudanças é a criação da categoria de atirador de alto rendimento, que terá acesso a benefícios adicionais, como o aumento do limite de armas de uso restrito, de quatro para oito, e a ampliação de 20% na aquisição de munições. O decreto também

traz inovações importantes para a fiscalização de clubes de tiro, incluindo exigências como isolamento acústico, monitoramento de acervos e medidas de proteção contra transfixação de projéteis.

Por outro lado, é importante destacar a ausência de medidas robustas para lidar com o arsenal que entrou em circulação nos últimos anos, evidenciando a necessidade urgente de um programa estruturado de recompra de armas longas, que poderia reduzir significativamente o número de armamentos em circulação. Além disso, a ampliação da categoria de CAC precisa vir com maior controle.

Já no âmbito estadual, a análise dos planos de segurança pública revela um tratamento periférico da questão das armas de fogo. Os quatro estados monitorados pelo Fogo Cruzado apresentam abordagens distintas, mas igualmente insuficientes. O Rio de Janeiro foca no controle e rastreamento de armas, munições e explosivos, incluindo um programa de combate ao tráfico. Pernambuco prioriza o fortalecimento do banco balístico e sua integração ao sistema nacional. A Bahia incorpora o tema numa perspectiva de inteligência policial, enquanto o Pará enfatiza o controle de fronteiras estaduais através do policiamento rodoviário e fluvial. Por trás de uma retórica às vezes bonita, mas que no geral permanece esvaziada, se esconde o descolamento

1 Esses dados foram obtidos através do cruzamento de informações entre diferentes bases de dados governamentais, incluindo o Sinesp PPE, o Banco Nacional de Mandados de Prisão e o Sistema Eletrônico de Execução Unificado.

Enquanto o tema não recebe a devida prioridade em termos de políticas públicas, controle e fiscalização pelo Executivo, no Congresso Nacional há uma intensa mobilização, especialmente no sentido da flexibilização das normas de controle.

entre o planejamento institucional e a realidade das ruas, expresso na falta de priorização e monitoramento sistemático, demonstrando como as políticas de segurança pública ainda operam desconectadas dos dados e evidências disponíveis.

Nacionalmente, chama atenção a assimetria entre o tratamento dado à questão das armas nos poderes Executivo e Legislativo brasileiro. Enquanto o tema não recebe a devida prioridade em termos de políticas públicas, controle e fiscalização pelo Executivo, no Congresso

Nacional há uma intensa mobilização, especialmente no sentido da flexibilização das normas de controle.

Esta dinâmica fica evidente nos dados revelados pelo Instituto Fogo Cruzado, apresentados no relatório O que o Congresso Nacional fala sobre o armamento civil, lançado em julho de 2024. O estudo analisou os discursos proferidos no Congresso Nacional sobre o controle de armas ao longo de pouco mais de setenta anos, de 1951 a 2023, e demonstrou um aumento expressivo nos discursos favoráveis ao armamento civil

desde 2015 no parlamento. A posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2023, e a mudança do discurso do poder executivo neste tema não tiveram reflexos no Congresso Nacional.

Isto porque o movimento armamentista no Brasil tem apresentado uma expressiva expansão de sua influência política nos últimos anos, especialmente após a criação do Proarmas em 2020, organização inspirada na National Rifle Association (NRA) dos Estados Unidos. Esta tendência é evidenciada pelos resultados das eleições municipais de 2024, nas quais o movimento alcançou um crescimento significativo de 72% no número de candidatos eleitos em comparação com 2022, totalizando 57 políticos, distribuídos entre 11 prefeitos e 46 vereadores. Este avanço político tem se traduzido em crescente influência institucional, manifestada por meio de reuniões com altas esferas governamentais e do enfraquecimento gradual de medidas de controle de armas, enquanto se observa uma aparente ausência de mobilização proporcional por parte dos defensores de políticas mais restritivas ao armamento civil.

A força desta agenda no legislativo ficou particularmente evidente em 2024 com a aprovação, por meio de votação simbólica, do PDL 206/2024, que flexibiliza diversas restrições estabelecidas anteriormente por decreto presidencial, como também no Decreto 12.345/24, aprovado no apagar das luzes do ano de 2024. Este

— A IMPORTÂNCIA DAS ARMAS DE FOGO

cenário é sustentado pela atuação de uma bancada fortemente articulada e dedicada à agenda armamentista no Congresso Nacional, que trabalha consistentemente pela flexibilização das regras de acesso a armas.

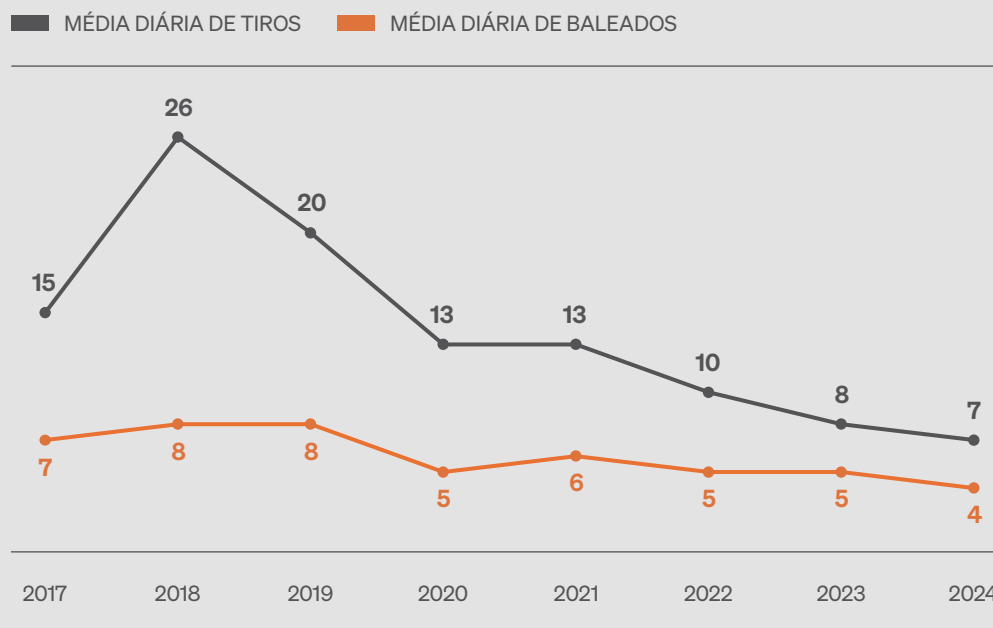
A disparidade entre a intensa movimentação do poder legislativo pela flexibilização do controle de armas e a negligência do governo federal em priorizar ações e políticas públicas nesse campo gera uma série de consequências para a população. Nas quatro regiões metropolitanas acompanhadas pelo Fogo Cruzado, este descompasso entre o ímpeto pela liberalização e a ausência de medidas efetivas de controle tem produzido vítimas, interrupções de serviços públicos, caos e medo.

O CASO DO RIO DE JANEIRO

Em 2024, a região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) seguiu a tendência de queda dos indicadores de violência armada, como vinha acontecendo nos anos anteriores. Mesmo assim, registrou uma média de 7 tiroteios por dia.

A queda do número de tiroteios não se reflete da mesma maneira em todos os públicos, contextos e locais. Os dados da RMRJ mostram uma tendência geral de queda, mas quando analisamos grupos específicos, como crianças baleadas ou a porcentagem de tiroteios em ações/ operações policiais, os números se mantiveram estáveis ou até aumentaram, indicando que a dinâmica da violência armada está cada vez mais qualificada.

— TIROTEIOS POR DIA NO RIO DE JANEIRO (2017–2024)

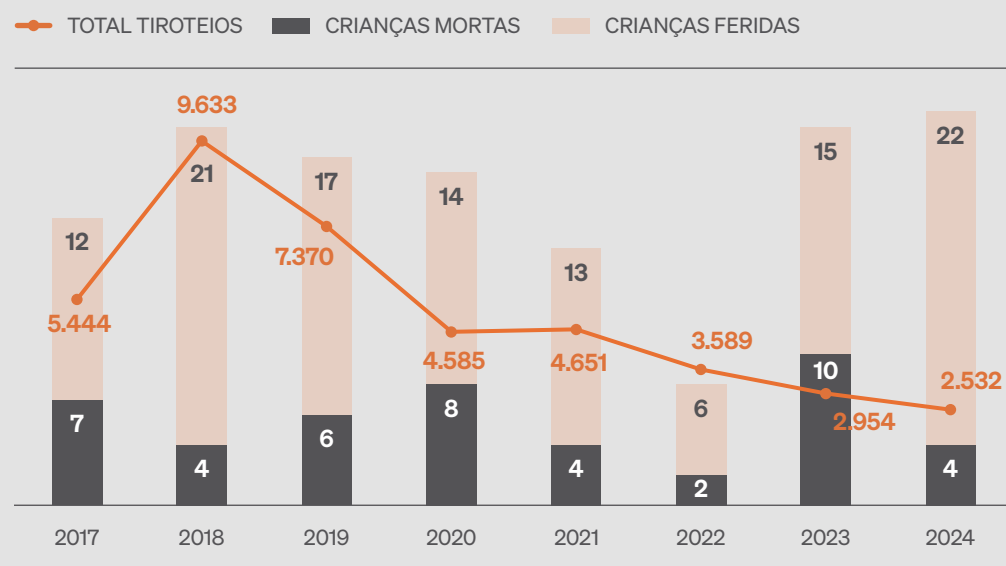


— A IMPORTÂNCIA DAS ARMAS DE FOGO

O primeiro dado que chama atenção é o número de crianças baleadas. Enquanto o número total de tiroteios apresentou uma tendência consistente de queda, saindo de um pico de 9.633 ocorrências em 2018 para 2.532 em 2024, o número de crianças baleadas aumentou nos últimos anos, atingindo um total de 26 vítimas em 2024 — recorde na série histórica. Este número é maior do que o registrado

em 2018 (25 vítimas), quando houve quase quatro vezes mais tiroteios. Este contraste dramático entre a redução dos tiroteios e o aumento da vitimização infantil sugere uma mudança preocupante no padrão da violência armada, indicando que as crianças não ficam mais protegidas com a queda geral dos confrontos, e que precisamos de uma política focada em proteger este público.

— EVOLUÇÃO DE TIROTEIOS E CRIANÇAS BALEADAS — RMRJ (2017-2024)



Outro ponto que segue sendo pauta em 2024 é o papel do Estado na promoção de confrontos armados. A proporção de tiroteios em ação policial, quando comparada a todos os tiroteios monitorados, cresceu e atingiu o ápice da série histórica: 36% em 2024. No último ano, os registros do Fogo Cruzado atingiram a marca de 10 mil pessoas baleadas em ações policiais em oito anos de monitoramento. A resistência à implementação de medidas de controle e transparência, como exemplificado pela disputa em torno das câmeras corporais nas fardas policiais e as denúncias de descumprimento desta determinação ao longo dos anos², evidencia os desafios persistentes no enfrentamento desta questão. Isto mostra que, independentemente das mudanças de governo, a política de segurança pública mantém-se ancorada na ostensividade e no confronto como estratégias principais.

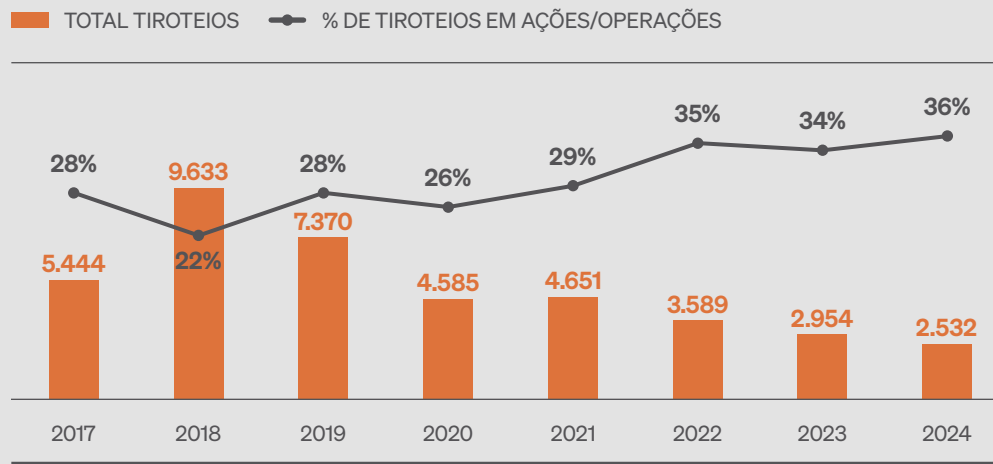
² Mesmo com a determinação do uso obrigatório para todos os agentes atuando nas ruas, uma série de denúncias ao longo de 2024 apontam para o descumprimento da determinação, desde policiais que não utilizam o equipamento, passando pelo não envio e apagamento de imagens requeridas pela justiça, Ministério Público e Defensoria Pública. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/07/24/um-ano-apos-ordem-do-stf-nem-todos-pms-do-rio-usam-cameras-nas-fardas.ghtml>. Acesso em dezembro de 2024.

— A IMPORTÂNCIA DAS ARMAS DE FOGO

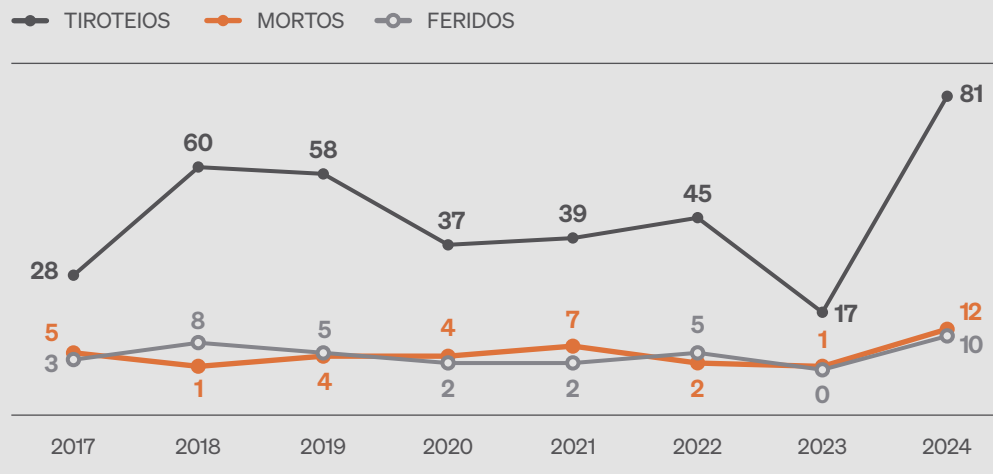
O impacto da violência institucional se estende para além das vítimas diretas, afetando serviços essenciais como educação e saúde. Em 2024, 1.968 unidades de ensino tiveram dias letivos comprometidos por tiroteios em seu entorno, assim como 1.136 unidades de saúde. Este dado ajuda a dar conta da dimensão e alcance da violência. São famílias, estudantes e profissionais que não sabem se o trajeto até a escola, até o local para fazer seus exames de rotina, ou mesmo as próprias unidades escolares e de saúde, estão seguros. Este risco ficou evidenciado quando uma médica de 55 anos morreu ao levar um tiro na cabeça no Hospital Naval Marcílio Dias, na Zona Norte do Rio. No momento, ocorria uma operação policial próximo ao hospital. Quando a ação do próprio Estado coloca essa segurança em risco, a questão se torna ainda mais problemática.

Por fim, merecem destaque os confrontos ocorridos no Morro dos Macacos, na Zona Norte do município do Rio. O local registrou o maior número de tiroteios em 2024, experimentando um aumento alarmante de quase cinco vezes no número de confrontos, em comparação com o ano anterior. O primeiro tiroteio mapeado, relacionado às disputas territoriais na região em 2024, ocorreu no dia 6 de janeiro. Mas o pico dos conflitos aconteceu em dezembro, quando registramos 22 tiroteios. Significa que a população do Morro dos Macacos e de todo o bairro de Vila Isabel está exposta a tiroteios intensos há um ano.

— PORCENTAGEM DE TIROTEIOS EM AÇÃO POLICIAL — RMRJ(2017-2024)



— EVOLUÇÃO DA VIOLÊNCIA ARMADA NO MORRO DOS MACACOS (2017-2024)



— A IMPORTÂNCIA DAS ARMAS DE FOGO

Ao longo de 2024 eventos trágicos marcaram o cotidiano da região. Em agosto, o local onde ocorria o aniversário de um adolescente foi alvo de ataques. Guilherme Assis, de 13 anos, comemorava seu aniversário quando foi morto. Luiz Gabriel de Souza, entregador de uma farmácia, passava na hora e também virou alvo de homens armados, que disputavam o controle da região. Ainda em agosto, houve um ataque à Praça Barão de Drummond, local movimentado do bairro. Acontecia um evento na praça, que foi interrompido pela ação criminosa, deixando cinco pessoas mortas e duas feridas. Em outubro, a poucos dias da eleição, Tainá de Paula, vereadora e candidata à reeleição, teve o carro atingido por dois tiros quando passava próximo ao Morro dos Macacos. Apesar da gravidade da situação e da escalada expressiva da violência, o poder público não apresentou um plano concreto e efetivo para conter o avanço dessas disputas, e os conflitos persistem em 2025.

O CASO DE PERNAMBUCO

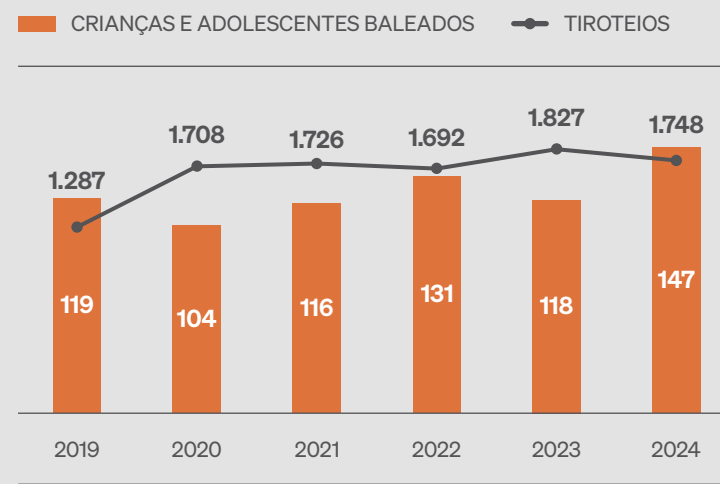
A região metropolitana do Recife apresentou uma melhora singela nos números da violência armada em 2024. No entanto, a redução geral de 4% nos casos em comparação com 2023, precisa ser ponderada à luz do desempenho de 2023 (aumento de 8% em relação ao ano anterior) e da proposta do governo de reduzir em 30% as mortes violentas no estado (em comparação com 2022). Em outras palavras, a melhora momentânea deve ser comemorada, mas ainda é tímida demais para caracterizar um sucesso da política pública instaurada.

Um aspecto distintivo da violência armada em Pernambuco é o elevado índice de disparos com vítimas, chegando a 97% dos casos registrados. Este padrão indica uma violência mais calculada e intencional, embora ainda tenha resultado em 49 vítimas de balas perdidas ao longo do ano. A natureza direcionada dos disparos sugere a prevalência

de conflitos específicos e ações violentas planejadas, diferenciando-se de outros contextos urbanos onde os tiroteios tendem a ser mais indiscriminados.

Mas o cenário mais alarmante refere-se à vitimização de crianças e adolescentes. Entre 2019 e 2024, foram registrados 735 casos de menores de idade baleados na região, resultando em 467 mortes e 268 feridos. Em 2024, mesmo com a redução geral dos indicadores, houve um aumento de 25% das mortes deste grupo, totalizando 147 baleados, dos quais 101 morreram.

— EVOLUÇÃO DOS TIROTEIOS E DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES BALEADOS — GRANDE RECIFE (2019-2024)



— A IMPORTÂNCIA DAS ARMAS DE FOGO

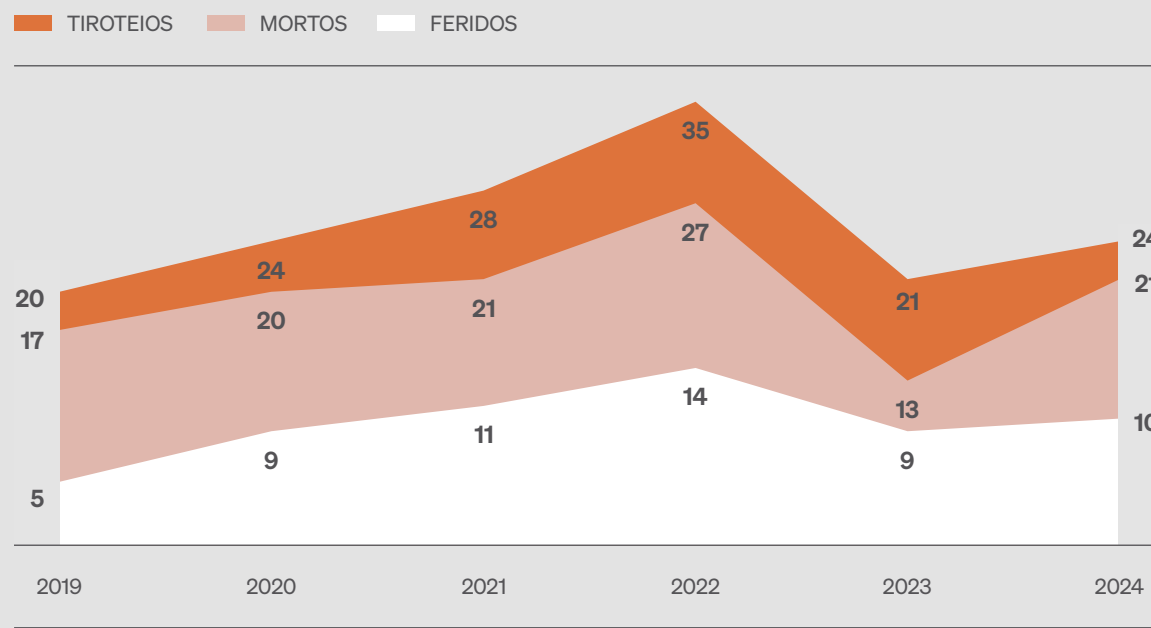
Um caso emblemático ilustra as ocorrências registradas em Pernambuco. Em abril, mês mais letal da série histórica, um adolescente de 16 anos foi fatalmente atingido por um tiro no rosto, durante uma discussão em uma quadra de futebol na Praça do Trabalho, no bairro de Casa Amarela, Zona Norte do Recife. O caso, ocorrido num domingo com a quadra repleta de pessoas, exemplifica como a violência armada afeta especialmente os jovens e os espaços de convivência comunitária.

É também particularidade do Grande Recife, a maior dispersão da violência armada para além da capital. Dos 13 bairros com mais registros de tiroteios, apenas três estão em Recife. Outros cinco estão em Jaboatão dos Guararapes e dois em Olinda, cidades marcadas pelas disputas territoriais entre grupos armados. Nesse sentido, destaca-se também a alta de tiroteios em Ponte dos Carvalhos, que fica em Cabo de Santo Agostinho. A região possui características que a tornam estratégica para atividades criminosas: está próxima ao Complexo Industrial do Porto de Suape, um dos principais portos do país, e à Refinaria Abreu e Lima, da Petrobras. O desenvolvimento econômico da área, iniciado com a implantação destes empreendimentos, atraiu um grande fluxo populacional e de recursos, criando condições que facilitaram a expansão do tráfico de drogas, que se manteve mesmo após o término das grandes obras.

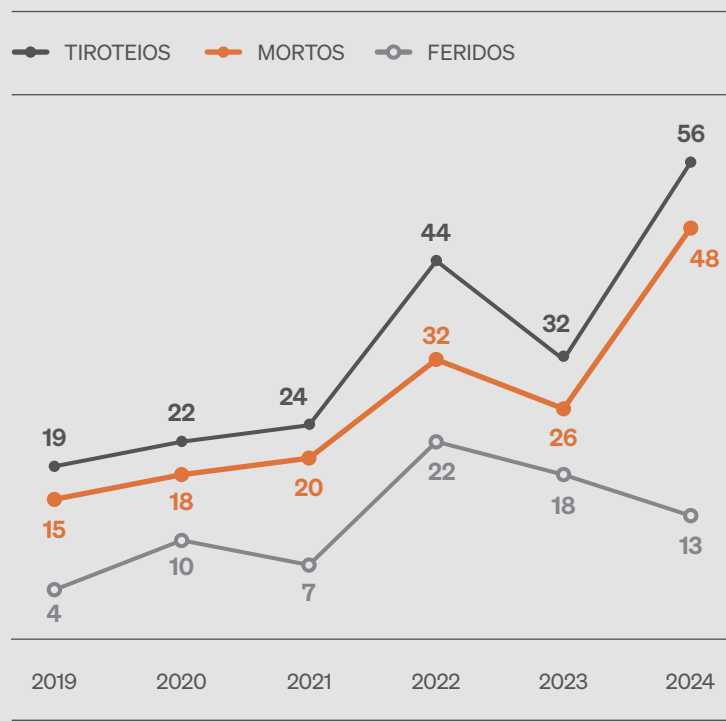
Como resposta a esta situação crítica, o governo federal anunciou, em julho de 2024, a implantação de uma unidade dos Centros Comunitários pela Vida (CONVIVE)³ em Ponte dos Carvalhos. No entanto, com um prazo de execução estimado em dois anos e sem um cronograma definido, a população local permanece vulnerável no curto prazo, sem perspectivas imediatas de mudança no quadro de violência que afeta a região.

3 O projeto prevê a construção de um complexo que integrará serviços de saúde, assistência social, tecnologia, cultura, geração de emprego e atendimento jurídico, além de estruturas esportivas.

— EVOLUÇÃO DA VIOLÊNCIA ARMADA EM PONTE DOS CARVALHOS (2019-2024)



— EVOLUÇÃO DA VIOLÊNCIA ARMADA EM GOIANA (2019-2024)



Completa a lista com mais registros o município de Goiana. Apesar de ter sido excluída da região metropolitana de Recife, o Fogo Cruzado segue acompanhando a área. O município passou de 32 ocorrências em 2023 para 56 em 2024, com o número de pessoas baleadas aumentando em cerca de 39% nesse mesmo período. Ponta de Pedras, distrito que possui praias paradisíacas, foi palco de crimes violentos relacionados ao avanço de grupos criminosos organizados na região. Em setembro, três homens foram torturados e mortos na localidade, acusados de pertencerem a uma facção rival. O grupo armado conhecido como Nova Okaida (dissidente da Okaida, que se originou na Paraíba) marca a sangue sua presença no litoral norte. A intensificação dos confrontos levou a Polícia Civil de Pernambuco a deflagrar uma operação a fim de prender os líderes do referido grupo em novembro de 2024.

O CASO DA BAHIA

O cenário da violência armada na Bahia em 2024 revelou uma estabilidade nos registros, em relação a 2023, mantendo índices alarmantes de violência. A média diária de cinco tiroteios em Salvador e região metropolitana demonstra a persistência de um quadro crítico de segurança pública, evidenciando a normalização de níveis elevados de violência armada no cotidiano da população.

O ano de 2024 iniciou-se com uma intensidade dramática da violência letal: antes mesmo do término de janeiro, já haviam sido registradas 100 mortes por arma de fogo em Salvador e região metropolitana. O ápice da violência foi observado em março, quando o Instituto Fogo Cruzado contabilizou o recorde de 188 pessoas baleadas na RMS. O primeiro semestre foi determinante para a manutenção dos altos índices de violência, apresentando um aumento de 10% no número de disparos, em comparação com o mesmo período de 2023. Este

— A IMPORTÂNCIA DAS ARMAS DE FOGO

incremento significativo nos primeiros seis meses do ano estabeleceu um patamar elevado que, mesmo com eventuais oscilações no segundo semestre, impediu uma redução expressiva nos números anuais.

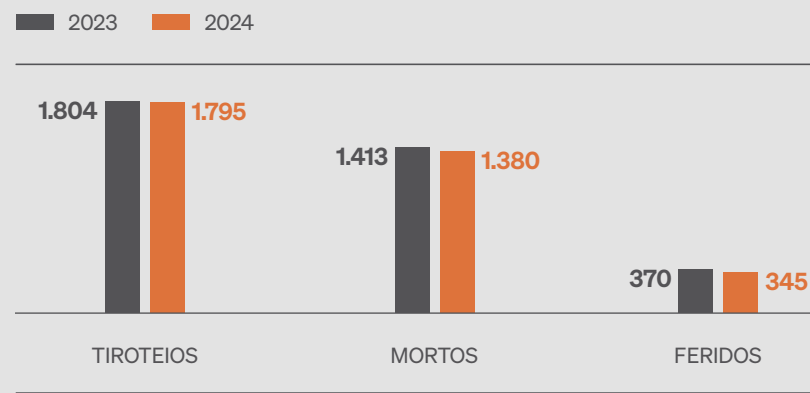
O Estado pouco tem feito para resolver o descontrole da violência. Pelo contrário, mesmo sem apresentar resultados efetivos, a principal estratégia do governo continua privilegiando confrontos que, por sua vez, continuam sendo centrais na promoção da violência armada. Não é novidade que, há anos, a Bahia figura entre os estados onde a polícia mais mata no país⁴. Em 2024, houve aumento de 3% da participação das ações policiais nos tiroteios gerais ocorridos, chegando a 38% dos registros desse tipo, porcentagem mais alta do que as apresentadas no Rio de Janeiro.

Outro ponto que merece atenção é a constante vitimização de crianças e adolescentes.

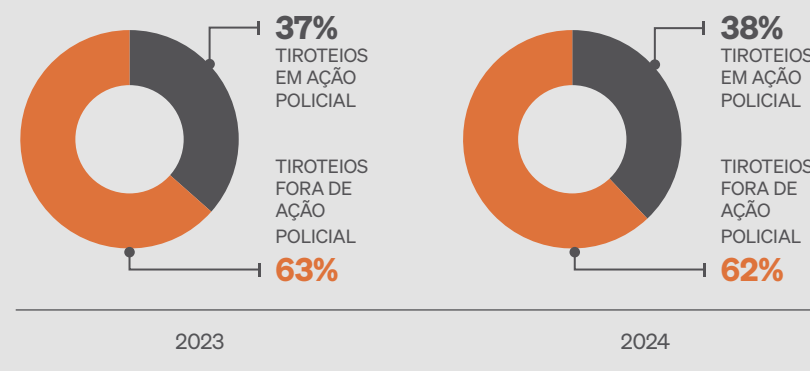
Em 2024 foram 63 crianças e adolescentes baleados em Salvador e região metropolitana, sendo que destas, 14 foram somente no mês de dezembro. Esse é o recorde de crianças e adolescentes baleados em um único mês, desde o início do monitoramento do Instituto Fogo Cruzado na Bahia, em julho de 2022.

⁴ Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

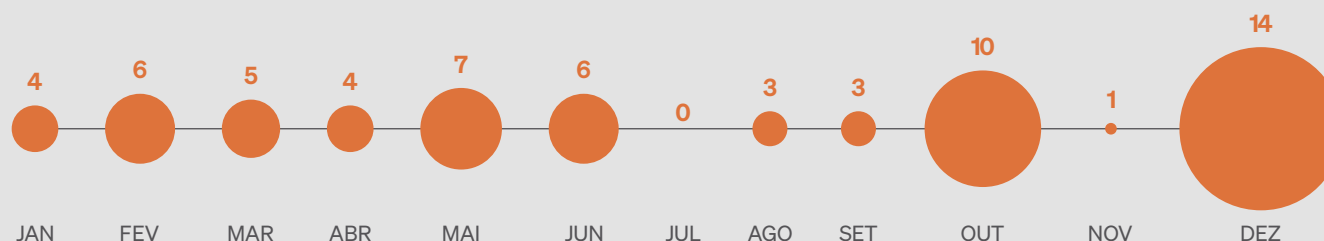
— EVOLUÇÃO DA VIOLÊNCIA ARMADA EM SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA (2023-2024)



— PROPORÇÃO DE TIROTEIOS EM AÇÕES POLICIAIS EM SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA (2023-2024)



— CRIANÇAS E ADOLESCENTES BALEADOS EM SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA (2024)



A rotina de violência armada impacta também o acesso à educação. Em 2024, 20% dos tiroteios foram no entorno de escolas, tendo um total de 327 escolas afetadas e 349 pessoas baleadas no entorno das unidades de ensino. Aqui, a ação de agentes do estado também fez a diferença: 46% dos tiroteios registrados até 300 metros de escolas, entre 6h e 22h, foram motivados por ações/operações policiais.

Fazenda Grande do Retiro, Cosme de Farias, Pernambués, Castelo Branco e Pero Vaz foram os bairros mais afetados por tiroteios no entorno escolar, com mais de uma dezena de casos cada. Esses bairros têm em comum o fato de ter a maior parte da população negra, acima da média da capital. Fazenda Grande do Retiro, por exemplo, onde 86% da população é negra, somou 20 tiroteios próximos a escolas no último ano. Por outro lado, a Vitória, onde 62% da população é branca, não registrou nenhum disparo no entorno de unidades de ensino.

Após dois anos ocupando o primeiro lugar de polícia mais violenta do país, nos perguntamos quantos grupos armados foram desarticulados neste período, se a população se sente mais segura para ir e vir, ou se esperamos que a Bahia se torne um estado mais tranquilo em breve. Em um ano que findou com o governador correndo após ser questionado sobre medidas de combate aos furtos na [zona rural do sul da Bahia](#), seguimos com pouca esperança de não repetir esse cenário no relatório do próximo ano.

Para além da ação policial, a violência na Bahia também é resultante de

uma política de maior abertura para o acesso às armas de fogo. O indicador que nos ajuda a entender esta dimensão é o “disparo de arma de fogo em brigas”, que mostra a banalização do uso de armas, no ambiente público e doméstico. O amplo acesso às armas, já discutido neste relatório, aumenta exponencialmente as chances de situações de conflito evoluírem para a letalidade. Aqui não se trata, necessariamente, de disputas por territórios entre grupos armados, ou conflitos entre grupos e agentes de segurança. São civis armados, que durante uma briga, decidem disparar contra outros. Em 2024, foram contabilizados 34 ocorrências desse tipo, um aumento de 31% em relação ao ano anterior. São situações limites, que mostram como uma política de armas com pouco ou nenhum rigor, afetam a população.

O CASO DO PARÁ

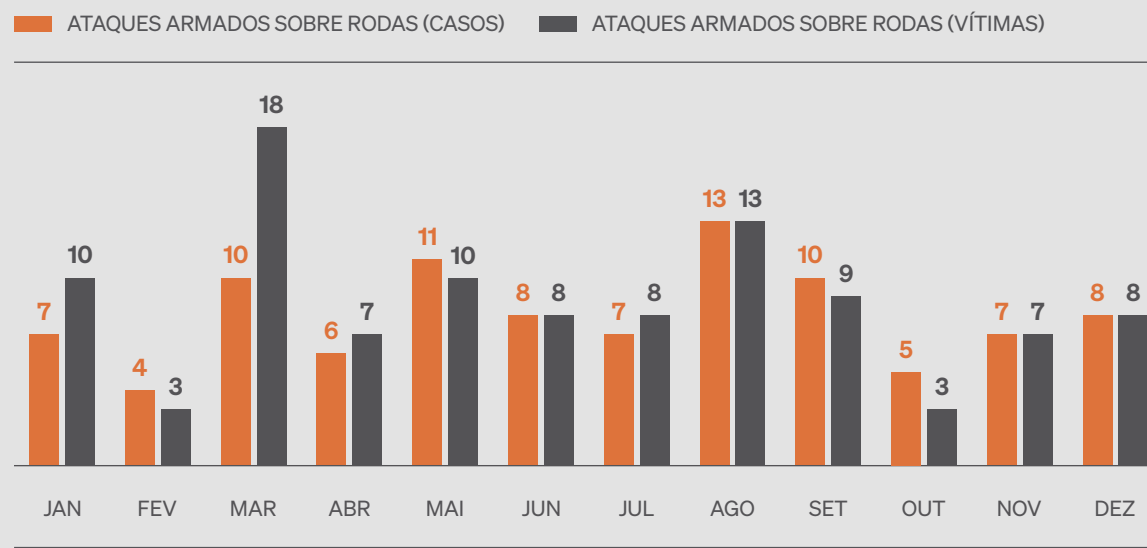
Este é o primeiro relatório que traz o monitoramento de Belém e região metropolitana. Os dados mostram que o perfil da violência armada passa pela atuação de diversos atores: grupos armados que atuavam localmente e hoje estão aliados a facções originárias do sudeste do país, grupos de extermínio e, também, um polícia bastante letal. Essa combinação é desafiadora para a gestão da segurança pública e culmina num cenário de insegurança e alta vulnerabilidade.

Os registros de “ataque armado sobre rodas” são essenciais para entender a dinâmica da violência na região. No Pará, esse tipo de ataque é conhecido como “carro preto” ou “carro prata”. A expressão faz referência aos casos de assassinatos (e tentativas) onde os tiros são disparados de dentro de um veículo. A prática, comumente associada a grupos de extermínio e milicianos, é uma das principais marcas da violência na região e ameaça toda a população. Mesmo que o atirador tenha um alvo definido, o tiroteio coloca muitas pessoas em risco⁵. Foi o que aconteceu em março, quando um carro parou em

⁵ O fenômeno também ocorre em grandes cidades brasileiras e recebe outros nomes, como “carro da linguíça”, no Rio de Janeiro.

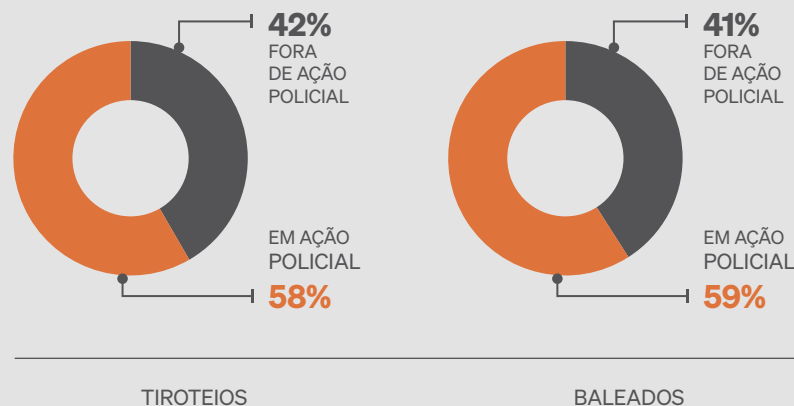
frente a um bar, em Benevides, e os ocupantes dispararam contra os [clientes do estabelecimento](#). Na ocasião, pelo menos seis pessoas foram baleadas. O auge de ocorrências desse tipo foi em agosto, quando houve 13 registros, com 12 mortos e um ferido.

— TIROTEIOS E BALEADOS EM ATAQUE ARMADO SOBRE RODAS — RMB (2024)

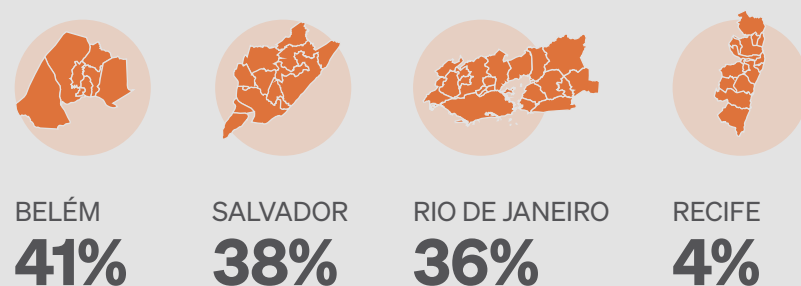


— A IMPORTÂNCIA DAS ARMAS DE FOGO

— PROPORÇÃO DE TIROTEIOS E BALEADOS EM AÇÕES POLICIAIS — RMB (2024)



PORCENTAGEM DA AÇÃO POLICIAL SOBRE O TOTAL DE TIROTEIOS DAS QUATRO REGIÕES METROPOLITANAS MONITORADAS PELO FC EM 2024



Além disso, merecem destaque os dados de ações policiais. Elas foram responsáveis por 42% dos tiroteios registrados em 2024 e por 41% das vítimas de disparos de armas de fogo na região metropolitana de Belém. Um patamar mais elevado do que as outras três regiões metropolitanas monitoradas. São números estonteantes, que dimensionam o papel do estado na vitimização da população. Novembro foi o mês com maior número de baleados em ação policial registrados no ano: das 83 pessoas atingidas, 41 foram nessa circunstância (49%).

Outro dado que chama atenção é o de chacinas, ocorrências em que há três ou mais mortos. Das seis chacinas registradas, quatro ocorreram durante ações policiais. Apenas em outubro foram registradas duas chacinas na região metropolitana de Belém, com seis mortos. Um dos casos envolveu o atacante de um dos times mais tradicionais do estado, o Clube do Remo. Ricardo Emanuel Alcântara Paiva, de 22 anos, foi assassinado

durante um tiroteio no bairro São José, em Marituba. Além do jogador, mais **duas vítimas foram mortas** no mesmo tiroteio.

A violência também atinge agentes de segurança pública. Foram 41 agentes baleados na região metropolitana de Belém no decorrer do ano, significando 6% dos baleados. A violência que afeta agentes de segurança no Pará ultrapassa aquela registrada na Bahia (34) e em Pernambuco (23), apesar de ambas as regiões metropolitanas apresentarem um volume significativamente mais alto de episódios de disparos de arma de fogo.

Novembro foi um mês marcado pela vitimização de agentes (8), sendo que todos eles foram atingidos em um intervalo de apenas 9 dias. Um dos agentes de segurança mortos em novembro foi o sargento Manoel Valdomiro Martins Cardoso. Ele estava em um bar no bairro da Sacramenta, em Belém, quando foi **vítima de um ataque armado** realizado por criminosos em um veículo.

— A IMPORTÂNCIA DAS ARMAS DE FOGO



AGENTES DE SEGURANÇA BALEADOS — RMB



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há alguns anos os dados sobre violência armada no Brasil mostram que esse é um desafio complexo que não pode mais ser relegado a segundo plano. A magnitude e as múltiplas dimensões do problema demandam uma articulação coordenada entre as diferentes esferas governamentais, organizações da sociedade civil e a população em geral. Somente por meio de um esforço conjunto e sistemático, que considere as causas estruturais e as manifestações mais

imediatas da violência, será possível desenvolver e implementar políticas públicas efetivas.

O Instituto Fogo Cruzado concentra seus esforços na tentativa de contribuir com o enfrentamento da violência armada, por meio da incidência baseada em dados e evidências, em diferentes órgãos públicos. Ao produzir e analisar dados sobre violência armada, fornece subsídios essenciais para a formulação de políticas públicas mais efetivas.

No âmbito do Executivo, o trabalho do Instituto contribui para identificar lacunas nas políticas existentes e propor soluções baseadas em dados concretos, auxiliando na tomada de decisões mais informadas sobre segurança pública. O monitoramento constante da violência armada permite apontar áreas que necessitam de intervenção prioritária e avaliar a efetividade das políticas implementadas.

Na interface com o Legislativo, o Instituto tem atuado em duas frentes. Na primeira, em âmbito nacional, analisando os discursos e proposições relacionados ao tema das armas no Congresso Nacional, que permite identificar tendências e influenciar o debate público com dados técnicos e análises qualificadas. E no âmbito estadual e municipal, produzindo boletins analíticos que auxiliem a atuação mais qualificada dos parlamentares no debate sobre a violência armada.

— AGENTES BALEADOS POR STATUS DE SERVIÇO — RMB (2024)

■ MORTOS ■ FERIDOS

APOSENTADO/EXONERADO



FORA DE SERVIÇO



EM SERVIÇO



Por fim, também há a interlocução com o Ministério Público, fornecendo subsídios para a atuação deste órgão no controle e fiscalização das políticas de segurança pública, além de contribuir para investigações relacionadas à violência armada.

Esta atuação integrada e multissetorial do Fogo Cruzado, baseada em evidências e dados concretos, é fundamental para promover mudanças efetivas nas políticas de segurança pública e no controle de armas no Brasil. Ao manter diálogo constante com diferentes atores e poderes, o Instituto contribui para uma compreensão mais ampla e aprofundada do fenômeno da violência armada, essencial para o desenvolvimento de soluções mais eficazes.

Em 2025, encontramos-nos no ponto médio da atual gestão dos governos federal e estaduais, momento oportuno para uma análise aprofundada das políticas de segurança pública, com destaque

para o controle de armamentos. Como os governos escolherão priorizar (ou não) estas questões nos próximos dois anos será determinante para o futuro das políticas de controle de armas e segurança pública no Brasil. Acreditamos que é um bom momento para pressionar por mudanças estruturantes que possam ter impacto duradouro nesta área tão sensível para a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

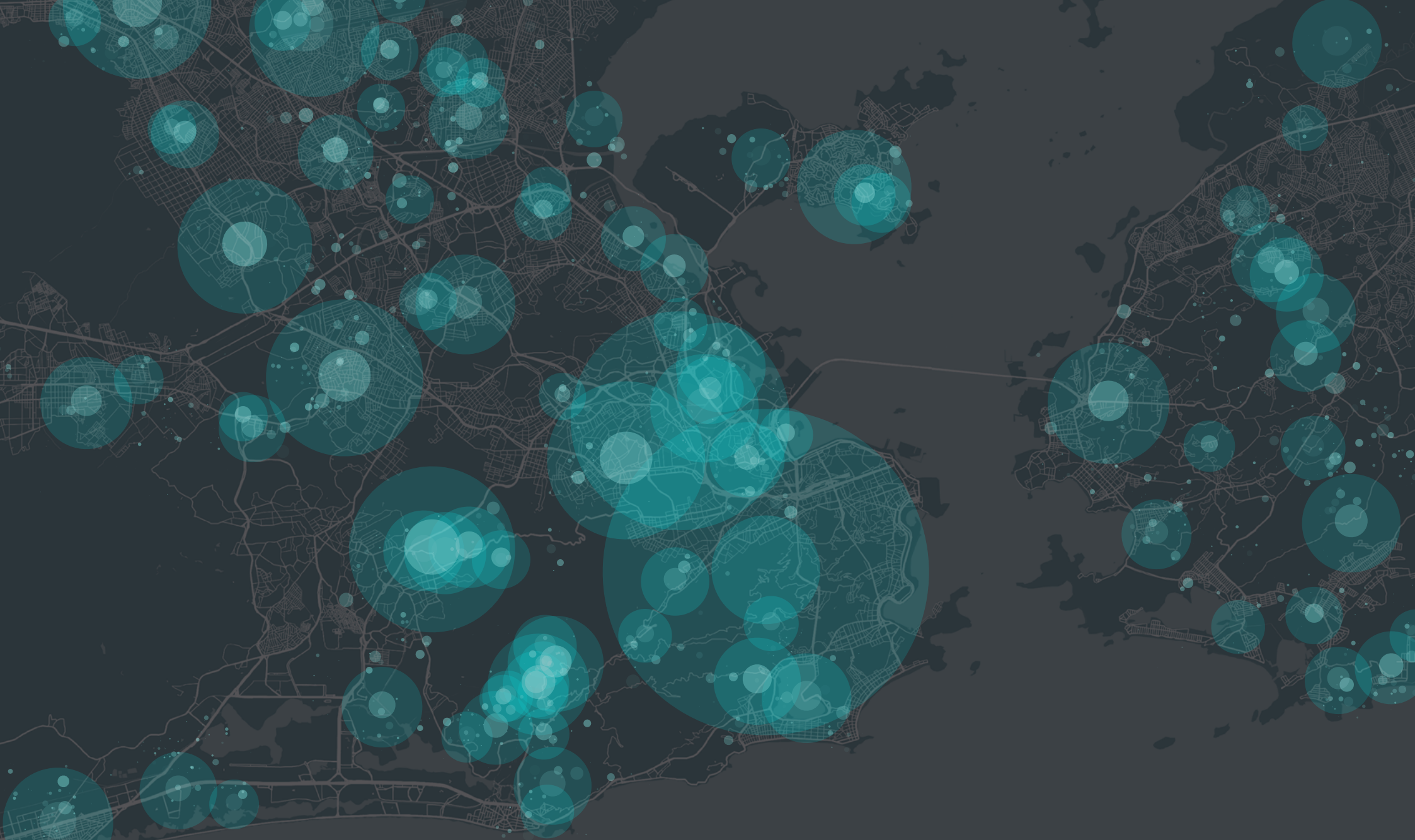
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). *Atlas da violência 2024*. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>.

UNICEF; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*. Brasil: UNICEF/FBSP, 2024.

INSTITUTO SOU DA PAZ. *Onde mora a impunidade? Porque o Brasil precisa de um Indicador Nacional de Esclarecimento de Homicídios*. 7ª edição. São Paulo: Instituto Sou da Paz. 2024.

Esta atuação integrada e multissetorial do Fogo Cruzado, baseada em evidências e dados concretos, é fundamental para promover mudanças efetivas nas políticas de segurança pública e no controle de armas no Brasil.

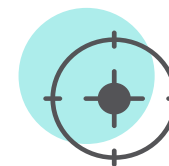
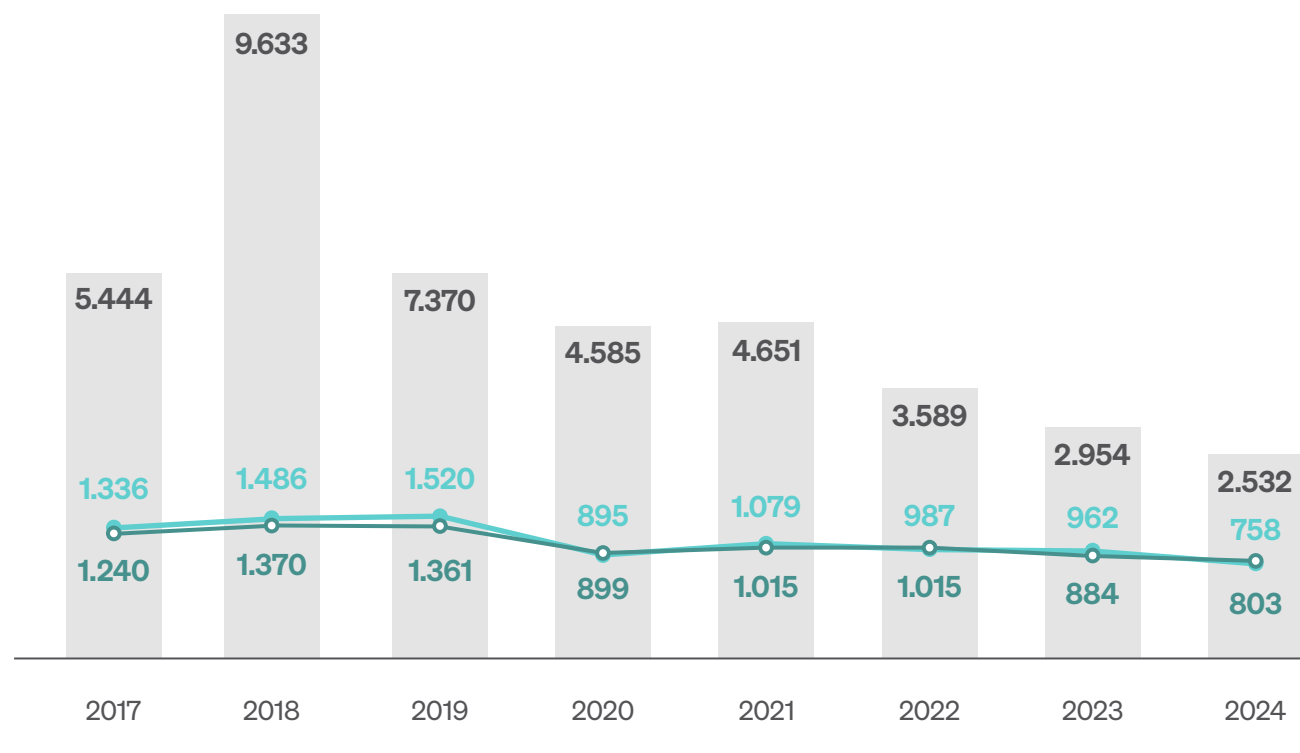


RIO DE JANEIRO



— EVOLUÇÃO TEMPORAL DA VIOLÊNCIA ARMADA

TIROTEIOS MORTOS FERIDOS



2.532

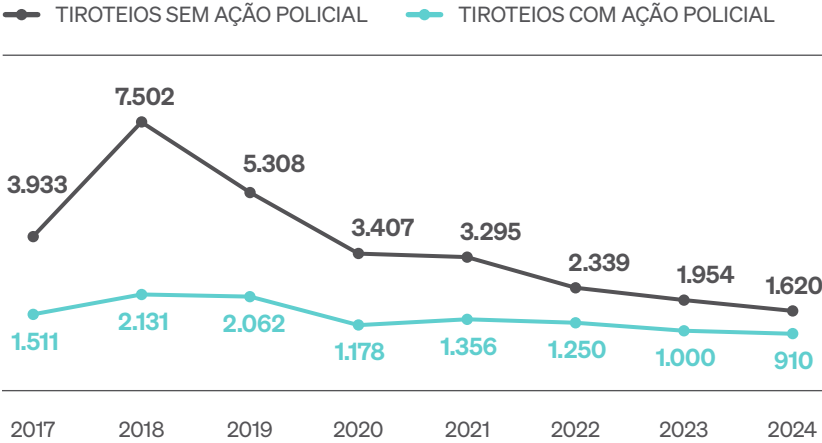
FOI O NÚMERO DE TIROTEIOS REGISTRADOS EM 2024, recorde de menor patamar de violência armada desde 2017, quando a série histórica começou.



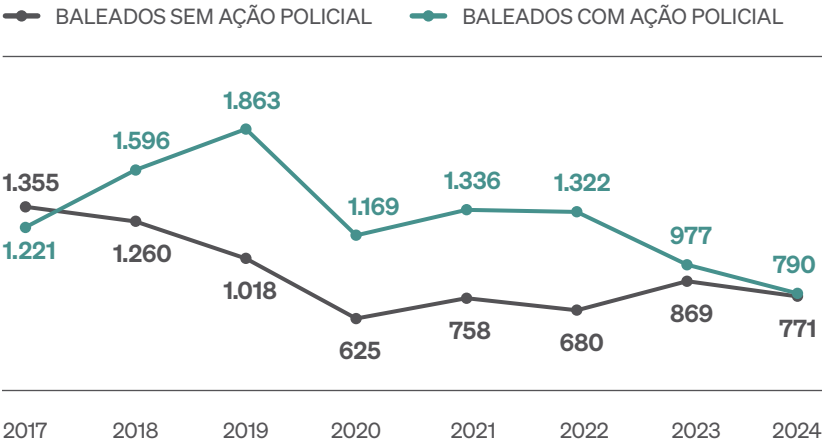
36%

DOS TIROTEIOS OCORRERAM EM AÇÕES POLICIAIS. Apesar da redução expressiva da violência armada, este é a maior proporção de tiroteios policiais já registrada pelo Fogo Cruzado.

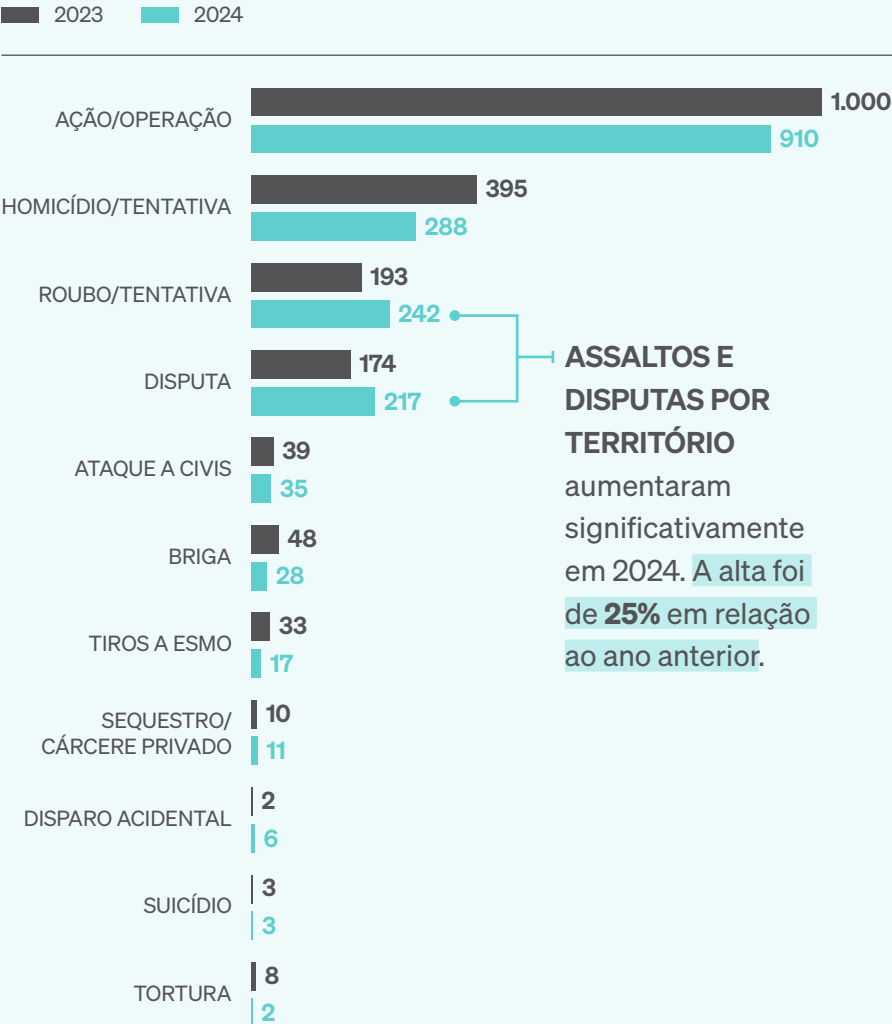
— EVOLUÇÃO TEMPORAL DE TIROTEIOS



— EVOLUÇÃO TEMPORAL DE BALEADOS

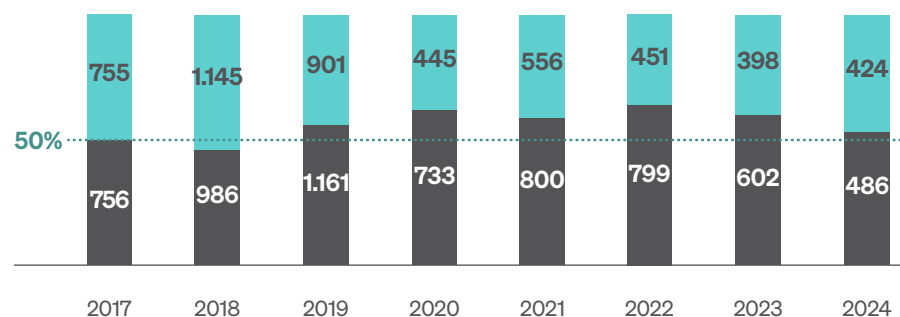


— RANKING DE MOTIVOS DOS TIROTEIOS EM 2024



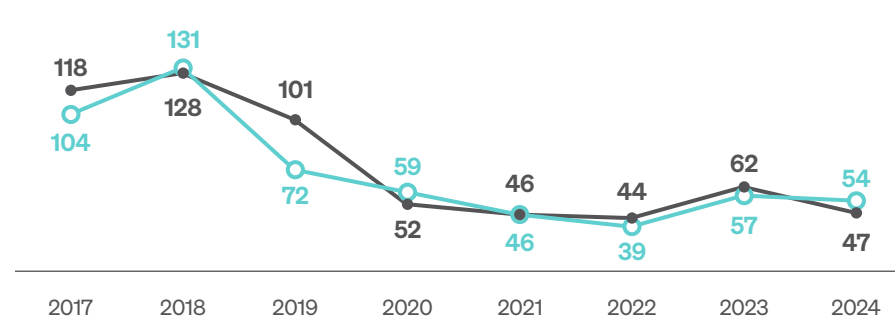
— EVOLUÇÃO TEMPORAL DE TIROTEIOS EM AÇÃO/OPERAÇÃO POLICIAL

COM BALEADOS SEM BALEADOS



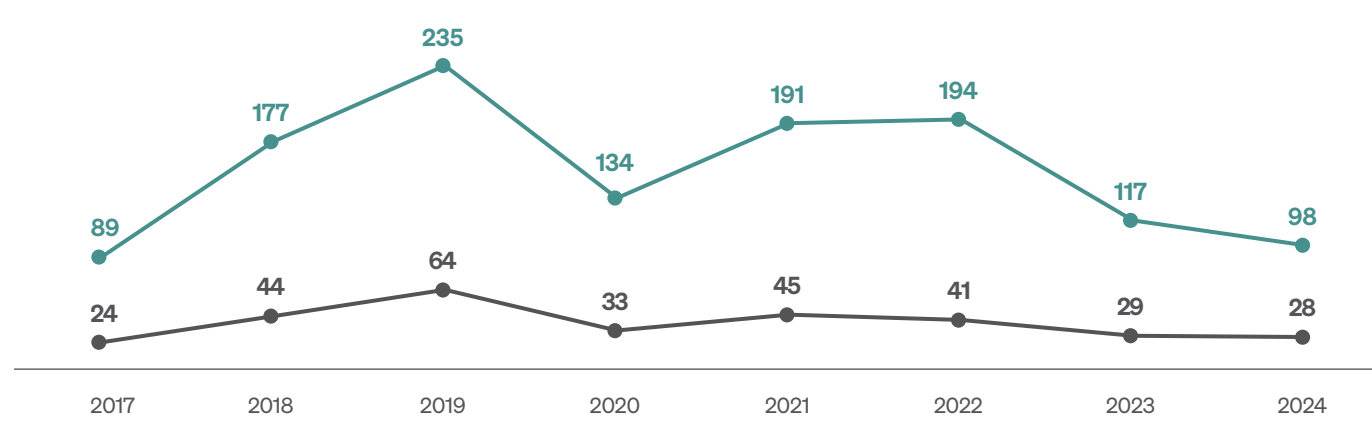
— EVOLUÇÃO TEMPORAL DE PERSEGUIÇÕES POLICIAIS

TIROTEIOS EM PERSEGUIÇÃO POLICIAL BALEADOS EM PERSEGUIÇÃO POLICIAL



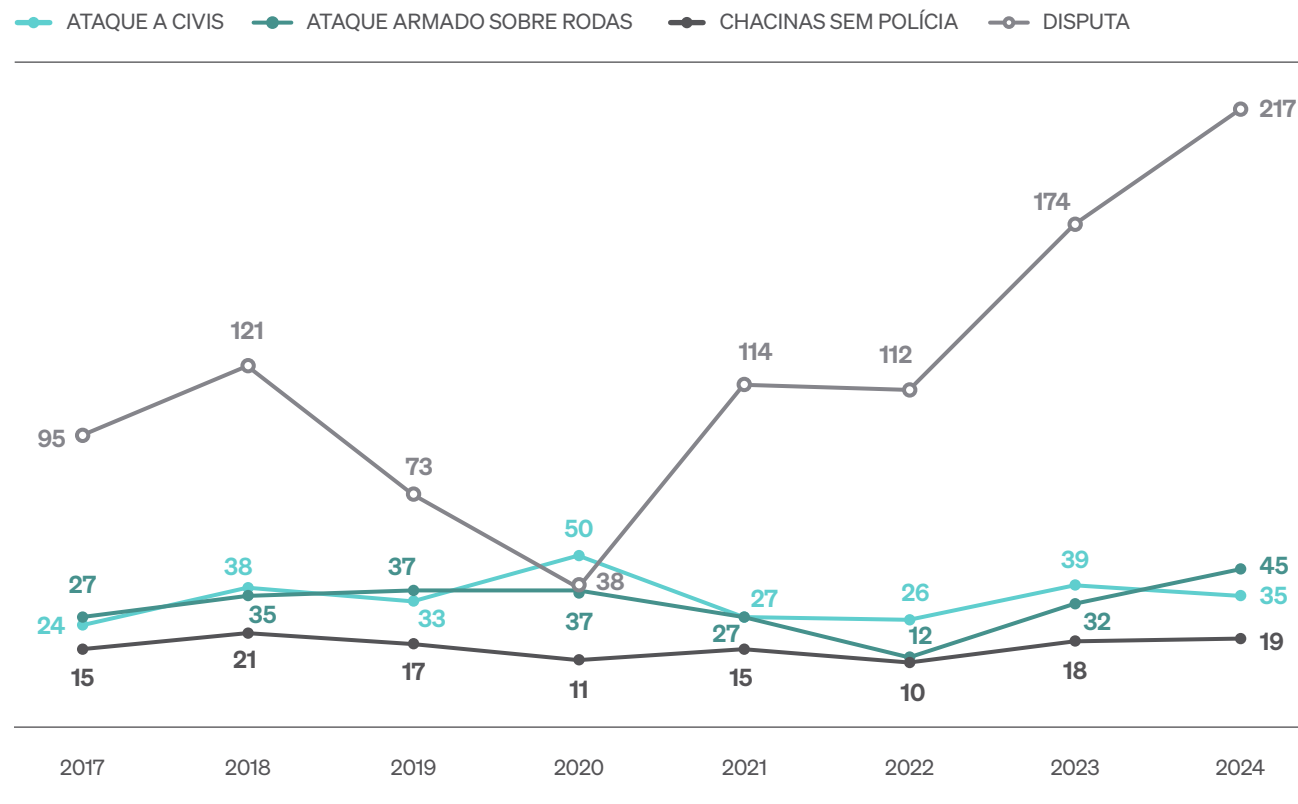
— EVOLUÇÃO TEMPORAL DE CHACINAS POLICIAIS

CHACINAS POLICIAIS MORTOS EM CHACINAS POLICIAIS



2 CHACINAS POLICIAIS POR MÊS. Esta é a **segunda menor frequência** de chacinas policiais desde que a série histórica começou em 2017.

— DISPUTA POR CONTROLE ARMADO POR TERRITÓRIOS



25%

DE AUMENTO DE DISPUTAS,
na comparação com a média
histórica anterior.

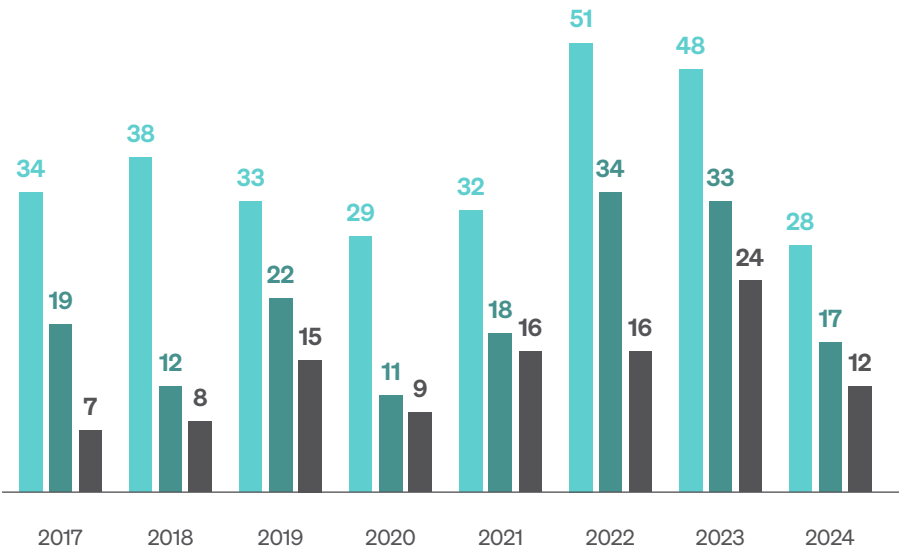


41%

DE AUMENTO EM ATAQUES
ARMADOS SOBRE RODAS
EM 2024. É o maior patamar
da série histórica.

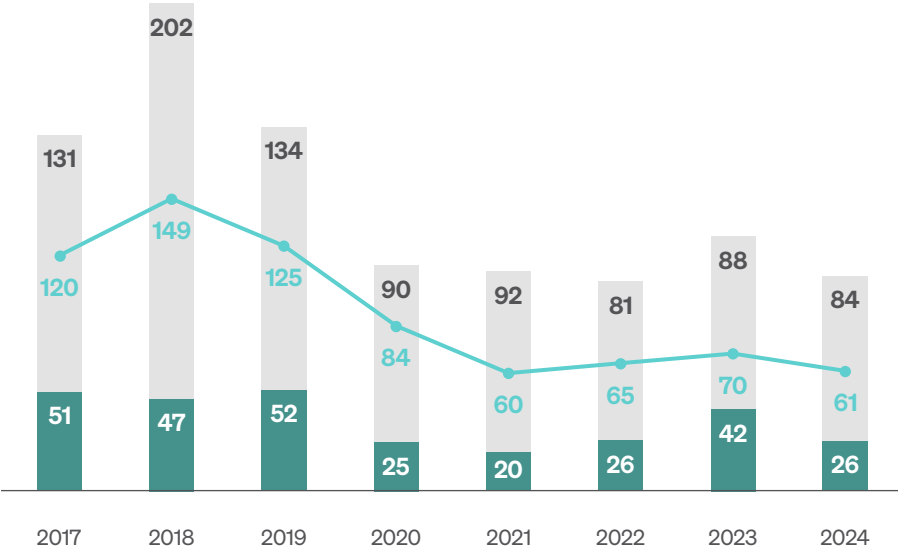
— DESCONTROLE DA VIOLÊNCIA ARMADA

BRIGAS TIROS A ESMO FEMINICÍDIO OU TENTATIVA



— VÍTIMAS DE BALAS PERDIDAS

MORTOS FERIDOS VÍTIMAS DE BALAS PERDIDAS EM AÇÃO POLICIAL



NÚMERO DE BALEADOS

1.561

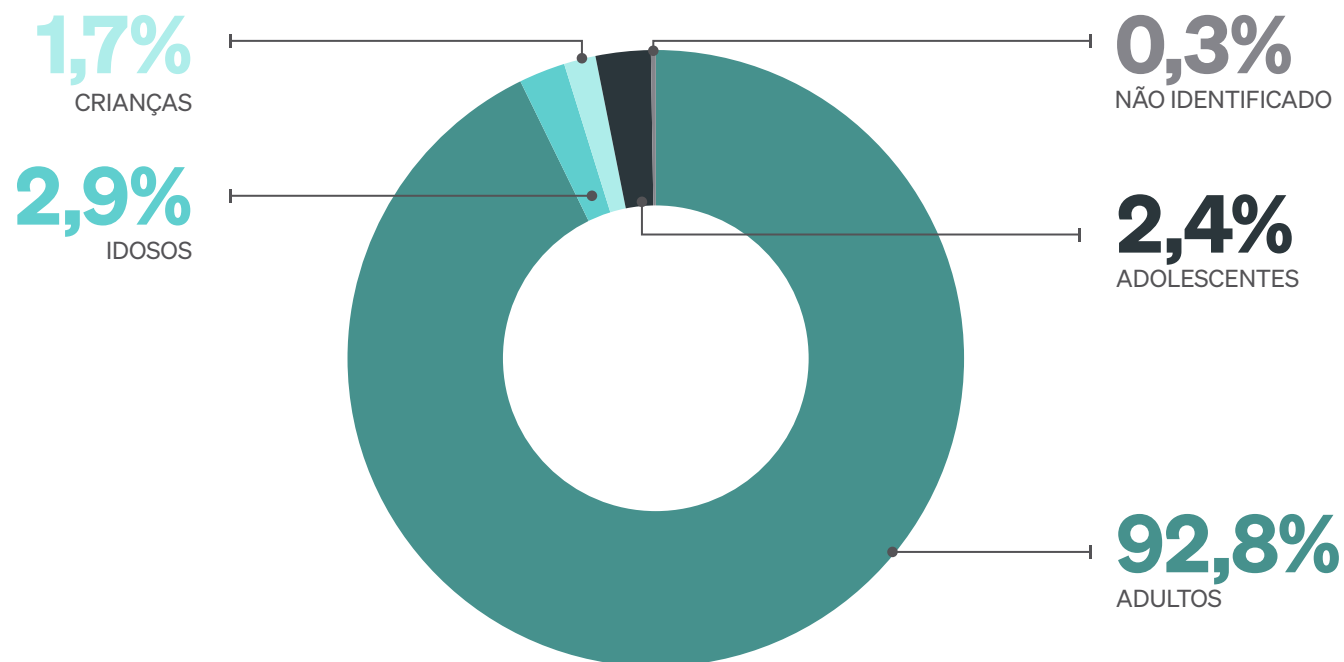
RAÇA NÃO IDENTIFICADA

86%

— GÊNERO DAS VÍTIMAS



— GRUPO ETÁRIO DAS VÍTIMAS



26

vítimas. **MAIOR NÚMERO DE CRIANÇAS BALEADAS** da série histórica desde 2017.

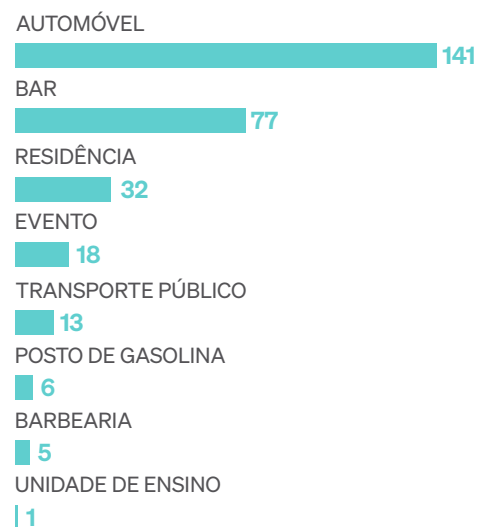
CRIANÇAS BALEADAS: CIRCUNSTÂNCIA EM 2024



ADOLESCENTES BALEADOS: CIRCUNSTÂNCIA EM 2024



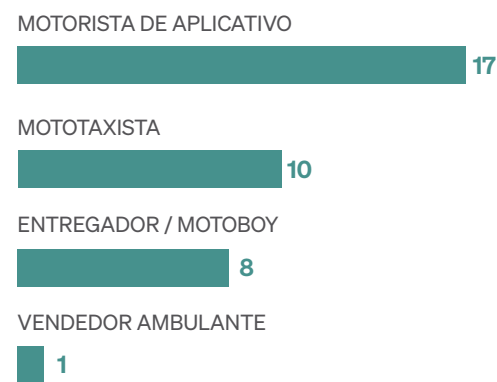
— BALEADOS POR LOCAL EM 2024



63%

de aumento no número
de pessoas baleadas
em **TRANSPORTES
PÚBLICOS** em 2024.

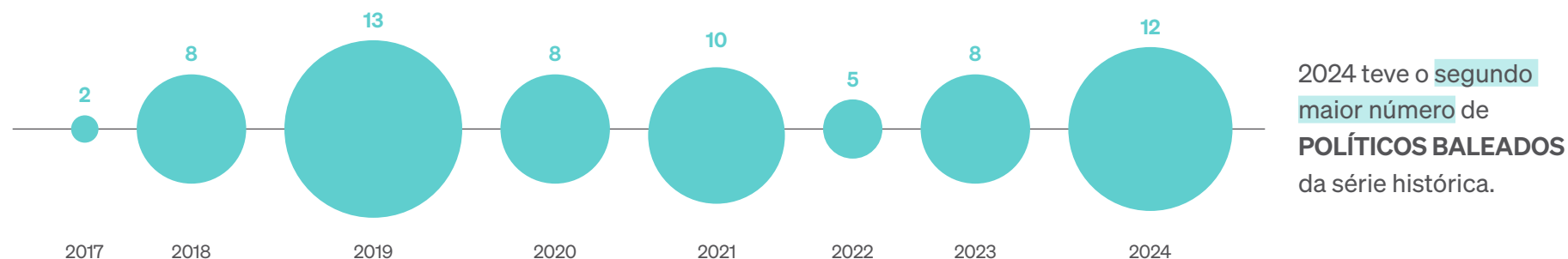
— TRABALHADORES INFORMAIS BALEADOS EM 2024



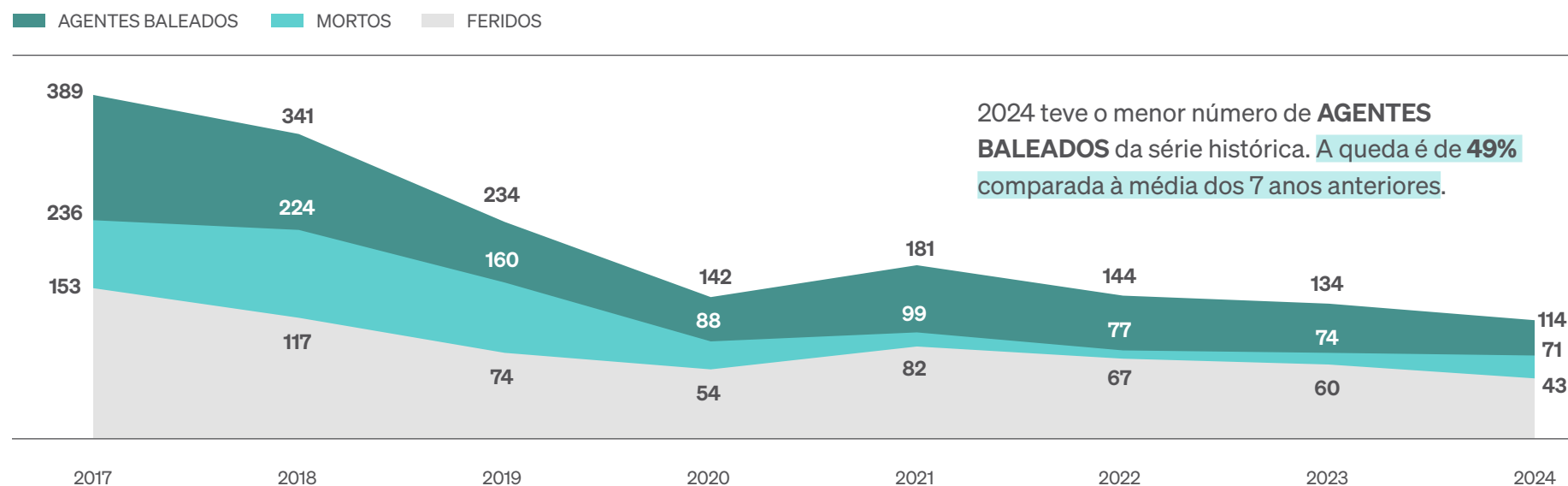
55%

de aumento de
**MOTORISTAS DE
APLICATIVOS** baleados
em 2024.

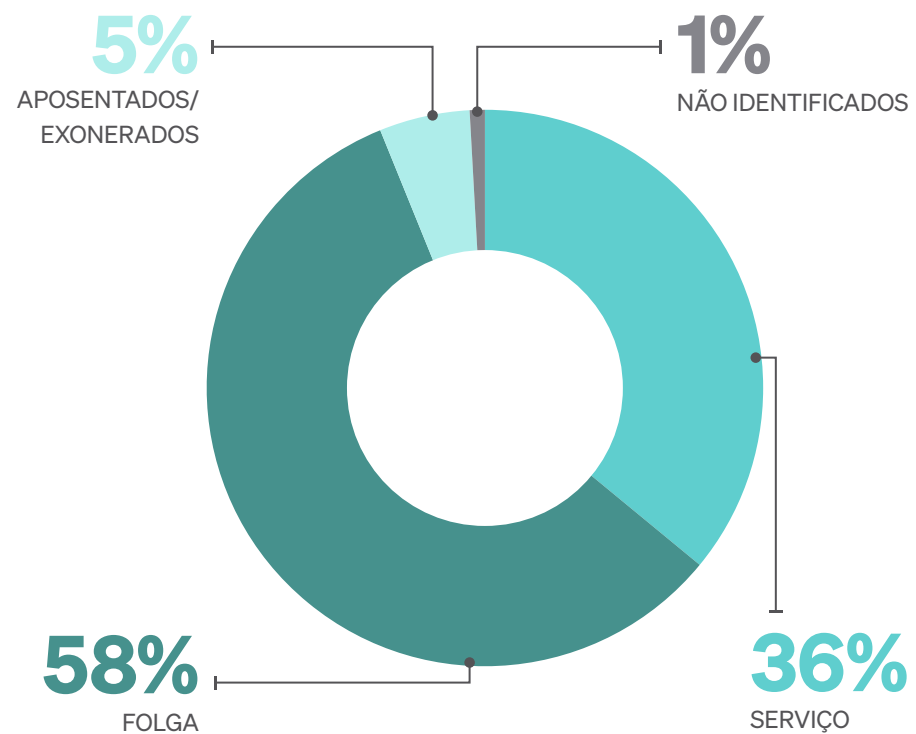
— EVOLUÇÃO TEMPORAL DE POLÍTICOS BALEADOS



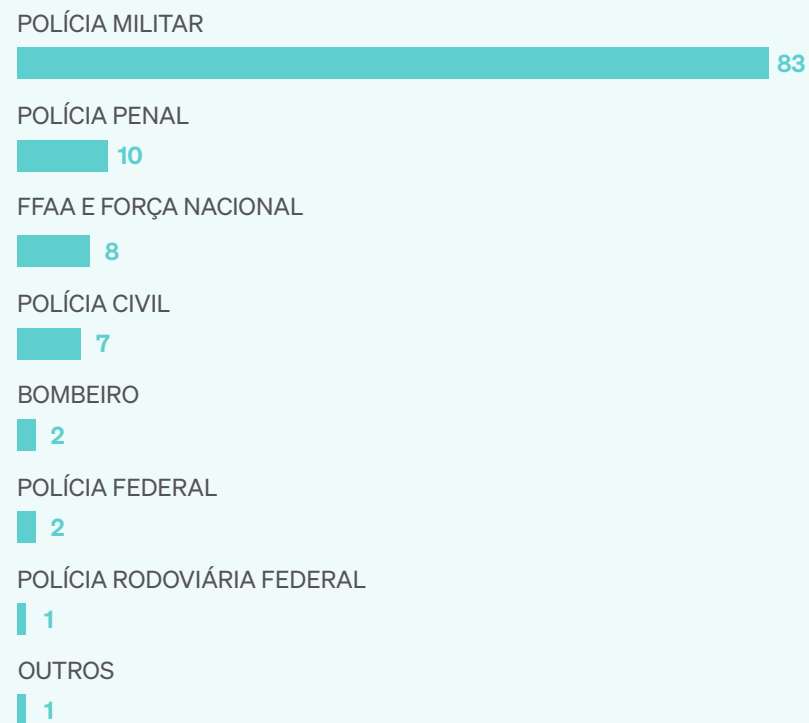
— EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE AGENTES BALEADOS



— SITUAÇÃO DOS AGENTES BALEADOS EM 2024

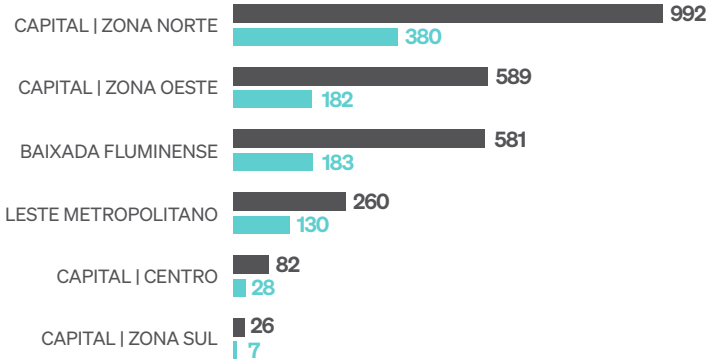


— CORPORAÇÃO DOS AGENTES BALEADOS EM 2024

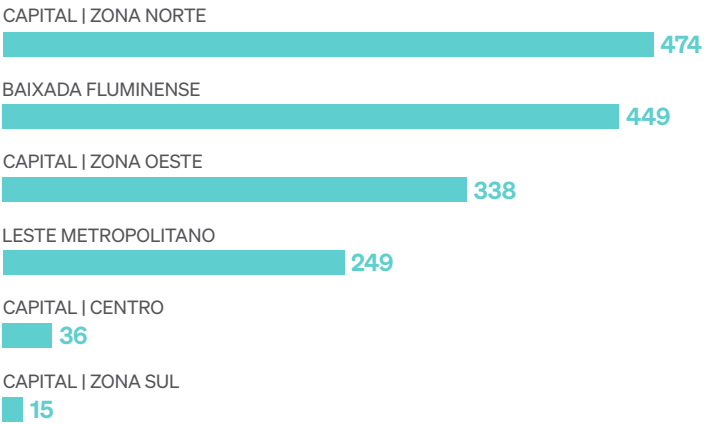


— TIROTEIOS POR REGIÃO EM 2024

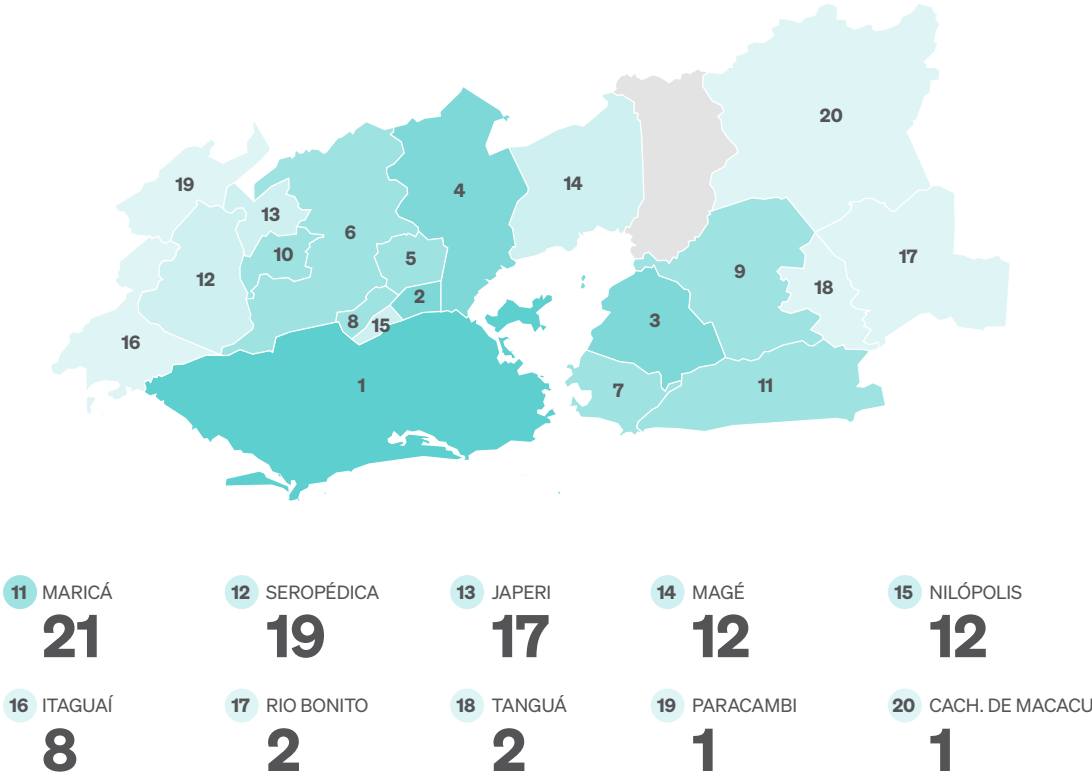
SEM AÇÃO POLICIAL COM AÇÃO POLICIAL



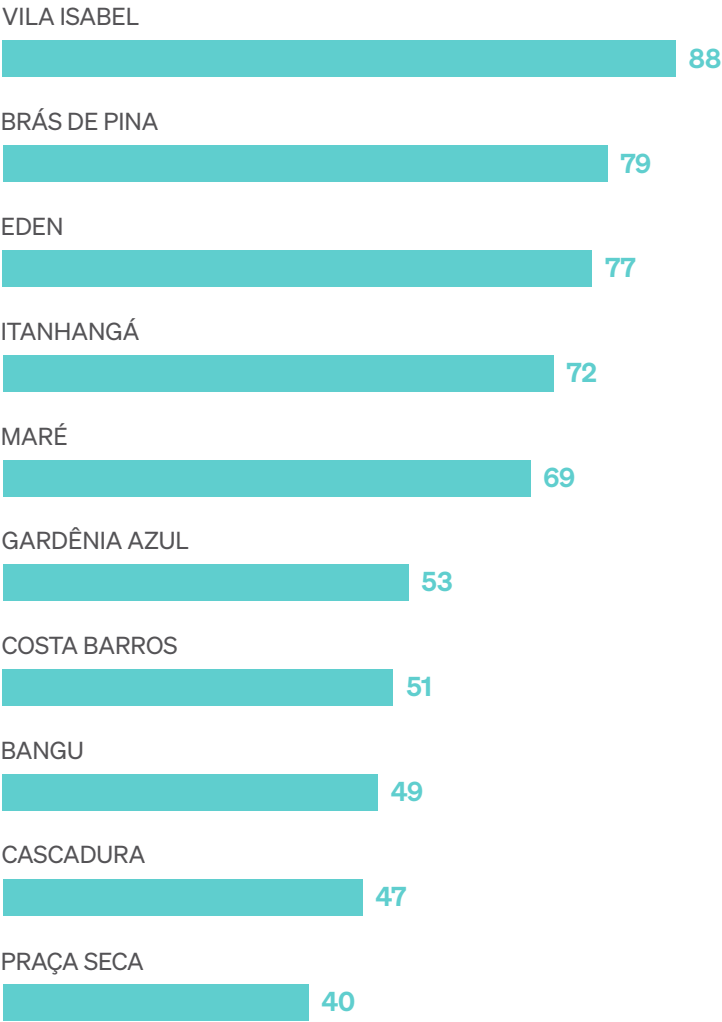
— BALEADOS POR REGIÃO EM 2024



— TIROTEIOS POR MUNICÍPIO EM 2024



— RANKING DOS BAIROS COM MAIS TIROTEIOS EM 2024



— RANKING DOS BAIROS COM MAIS AÇÕES/OPERAÇÕES POLICIAIS EM 2024

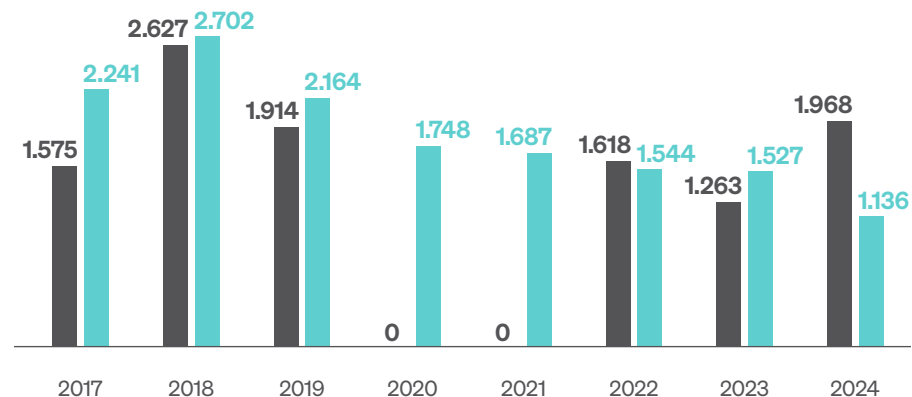


— RANKING DOS BAIROS COM MAIS BALEADOS EM 2024

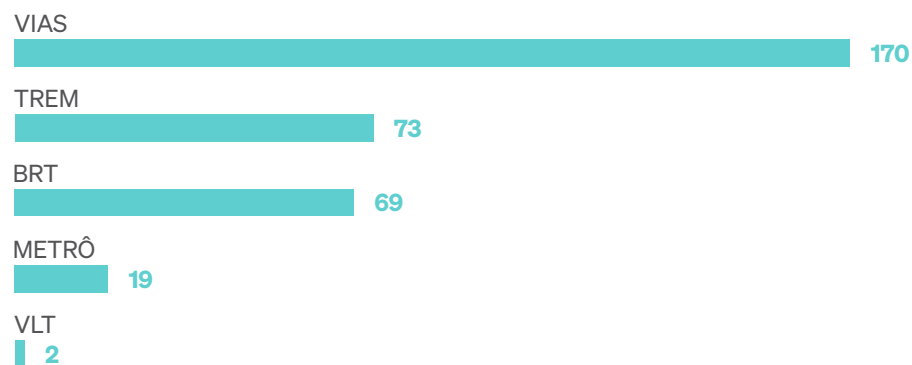


— SERVIÇOS AFETADOS

UNIDADES DE ENSINO AFETADAS UNIDADES DE SAÚDE AFETADAS

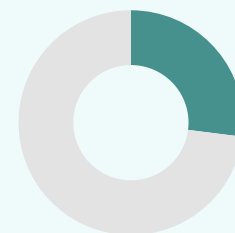


— TIROTEIOS PRÓXIMOS A CORREDORES DE TRANSPORTE EM 2024



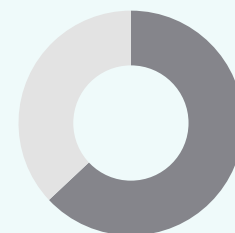
50%

dos tiroteios ocorreram no entorno de **ESCOLA**.



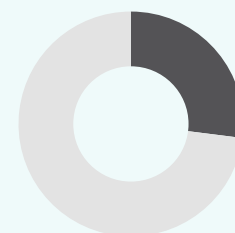
27%

dos tiroteios ocorreram no entorno de **UNIDADES DE SAÚDE**.



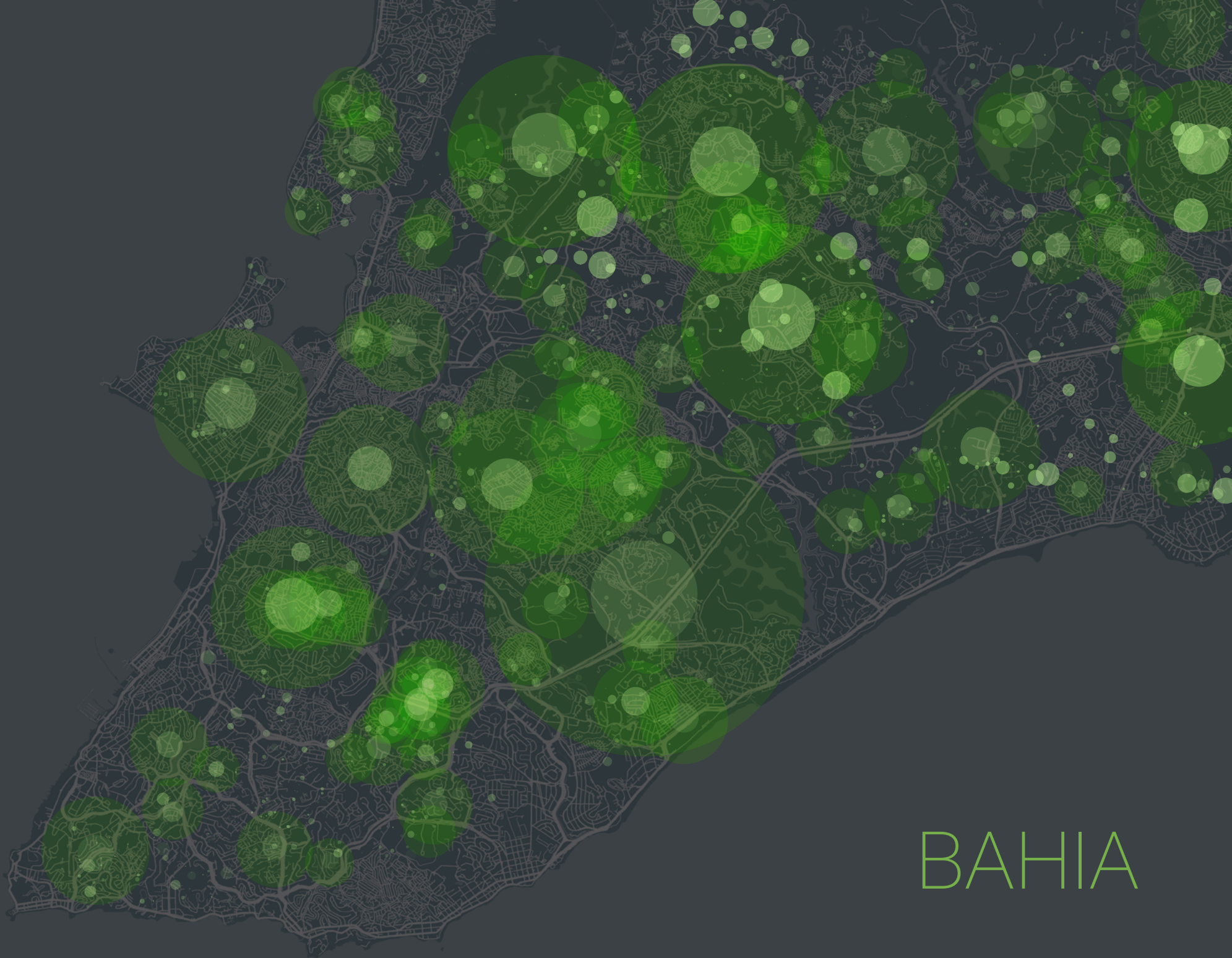
63%

dos tiroteios em **AÇÃO POLICIAL** ocorreram no entorno de escola.



27%

dos tiroteios em **AÇÃO POLICIAL** ocorreram no entorno de unidades de saúde.



BAHIA





TIROTEIOS

1.795



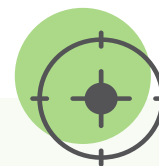
TIROTEIOS EM AÇÃO

681



MORTOS

1.380



FERIDOS

345

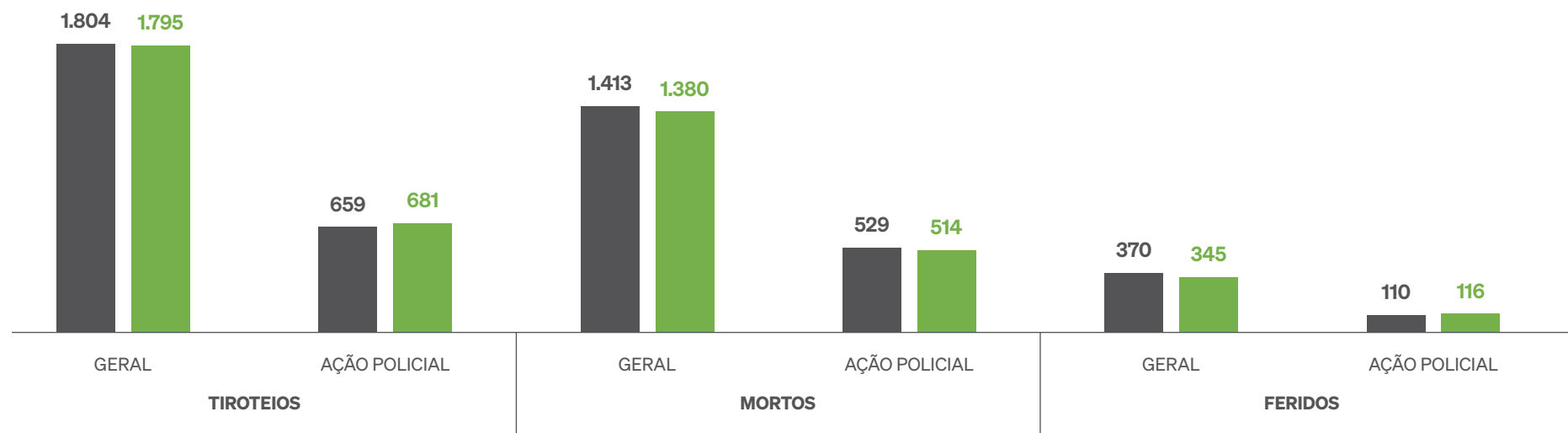


BALEADOS EM AÇÃO

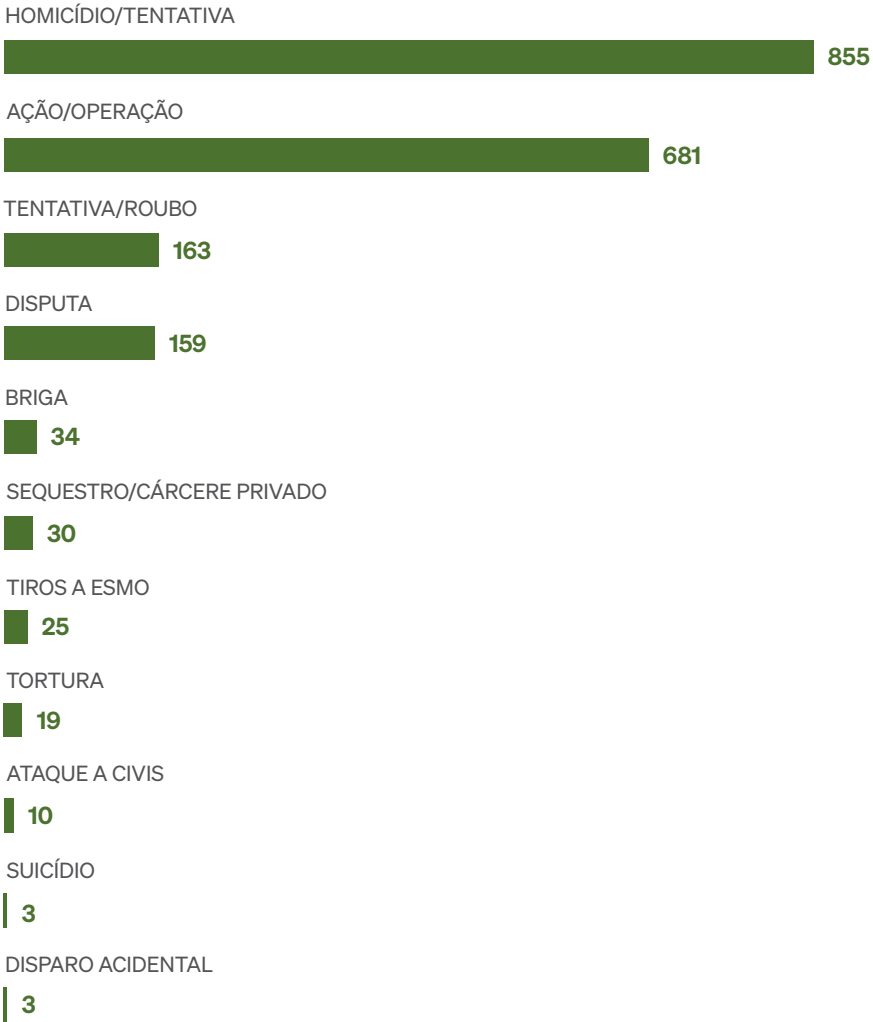
630

— EVOLUÇÃO DA VIOLÊNCIA ARMADA

■ 2023 ■ 2024

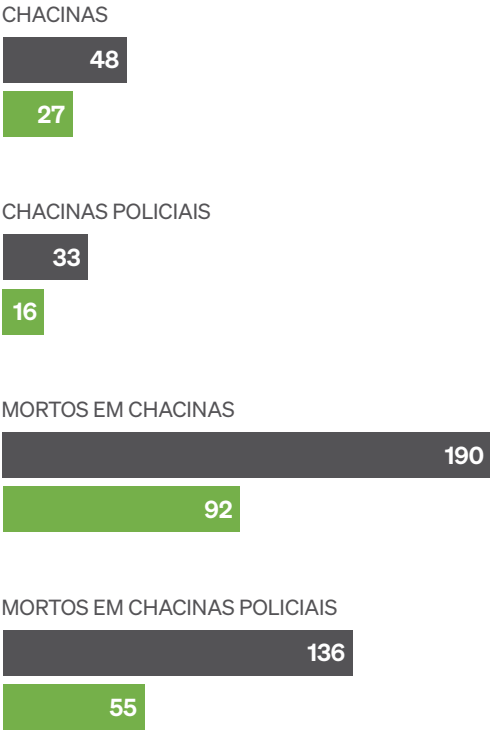


— RANKING DE MOTIVOS DE TIROTEIOS EM 2024



— CHACINAS

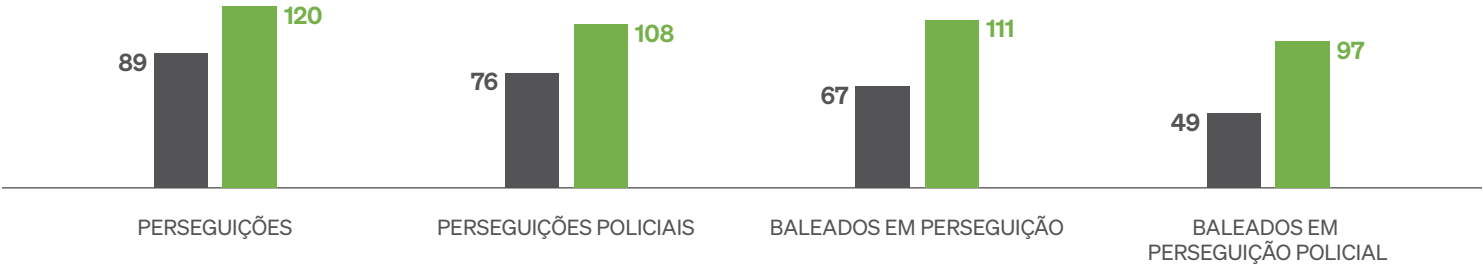
2023 2024



2 CHACINAS
REGISTRADAS
POR MÊS.
59% delas
ocorreram em
ação policial.

— PERSEGUIÇÕES POLICIAIS

2023 2024

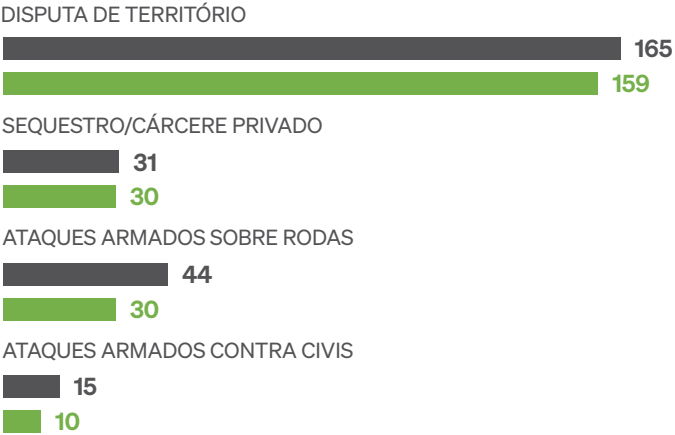


85%

DAS PERSEGUIÇÕES
ocorreram durante
ação policial.

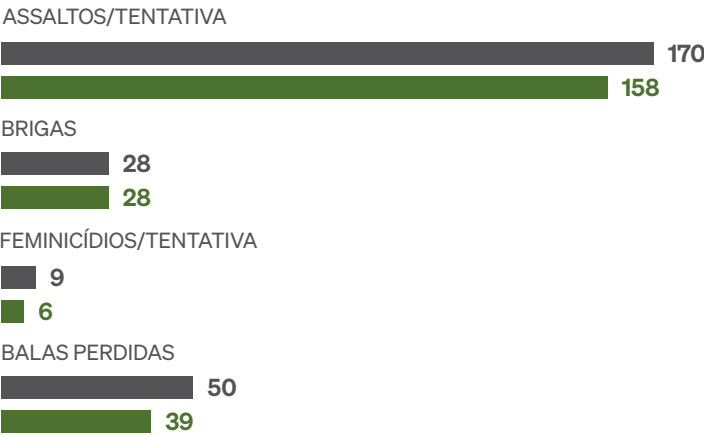
— DISPUTA POR CONTROLE DE TERRITÓRIO

2023 2024



— VÍTIMAS DO DESCONTROLE DA VIOLÊNCIA ARMADA

2023 2024



31%

DAS VÍTIMAS DE BALA
PERDIDA atingidas em
ação policial.



NÚMERO DE
BALEADOS EM 2024

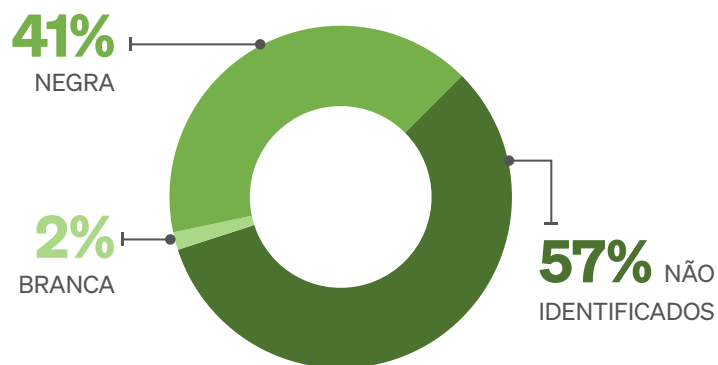
1.795



PROPORÇÃO
DE MORTOS

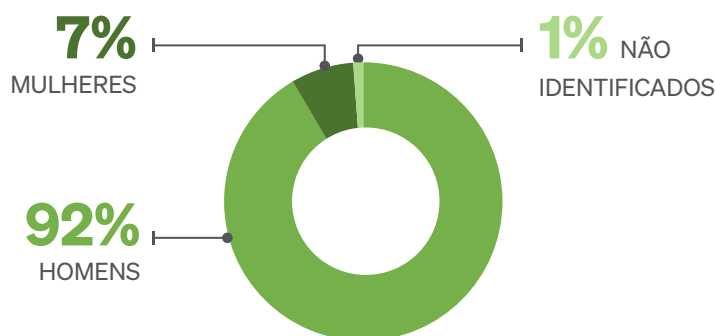
85%

— COR DAS VÍTIMAS EM 2024



Em 2024, caiu em **5%** o número de vítimas de **COR NÃO IDENTIFICADA**. Ainda assim, a não tematização dessa informação crucial segue enorme e inaceitável.

— GÊNERO DAS VÍTIMAS EM 2024



— GRUPO ETÁRIO DAS VÍTIMAS EM 2024

ADULTOS



ADOLESCENTES



IDOSOS



CRIANÇAS



NÃO IDENTIFICADOS



70%

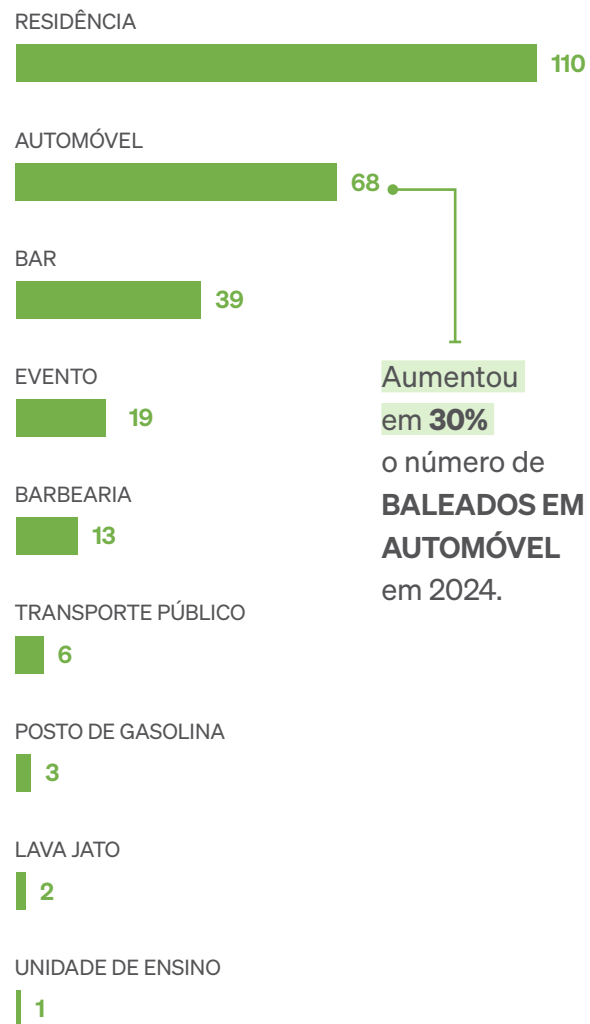
**DAS CRIANÇAS
BALEADAS** foram
vítimas de bala
perdida.



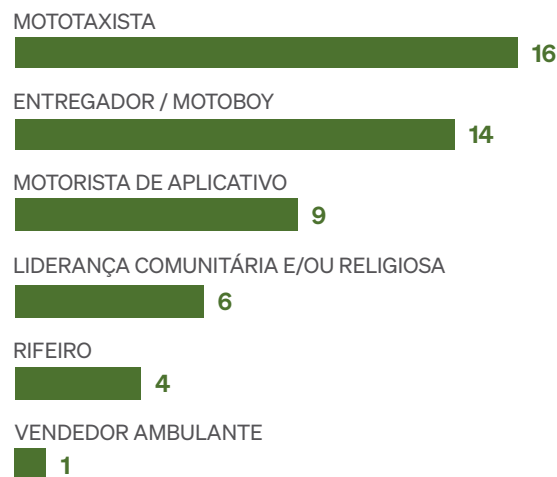
10%

**DAS CRIANÇAS E 9%
DOS ADOLESCENTES**
foram baleados em
ação policial.

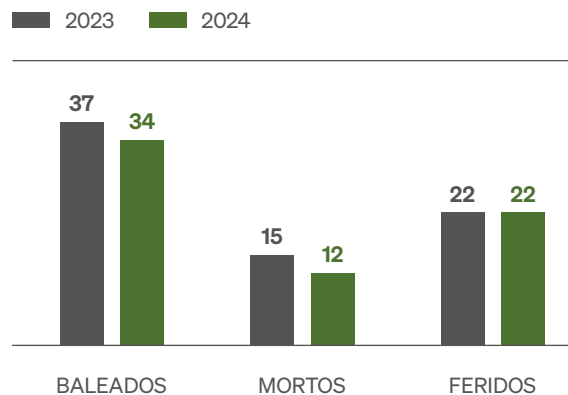
— VÍTIMAS BALEADAS POR LOCAL EM 2024



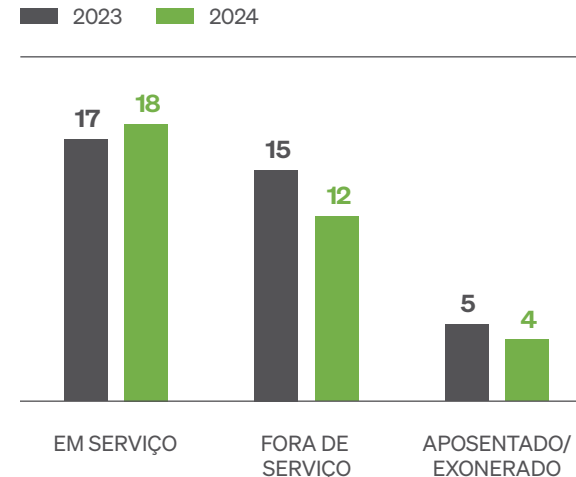
— BALEADOS POR PROFISSÃO EM 2024



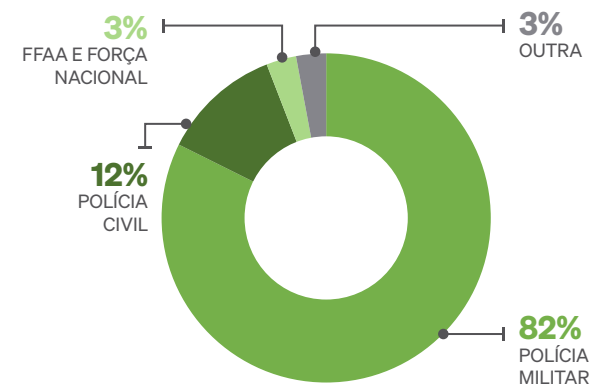
— AGENTES BALEADOS



— STATUS DOS AGENTES BALEADOS

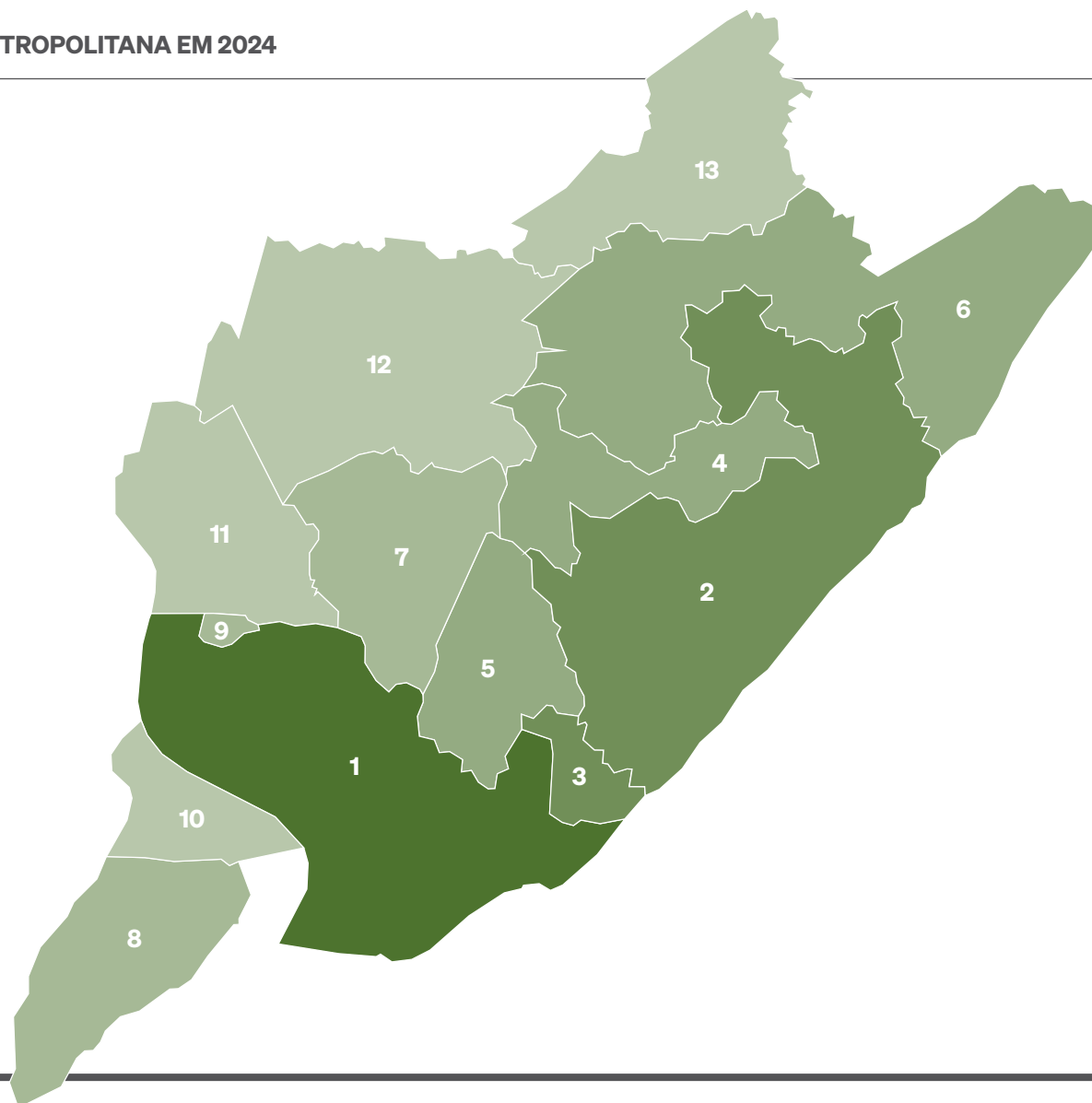


— AGENTES BALEADOS POR FORÇA EM 2024



— TIROTEIOS EM SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA EM 2024

1 SALVADOR	8 VERA CRUZ
1.335	24
2 CAMACARI	9 MADRE DE DEUS
179	16
3 LAURO DE FREITAS	10 ITAPARICA
71	9
4 DIAS D'ÁVILA	11 SÃO FRANCISCO DO CONDE
43	9
5 SIMÕES FILHO	12 SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ
42	9
6 MATA DE SÃO JOÃO	13 POJUCA
30	2
7 CANDEIAS	
26	

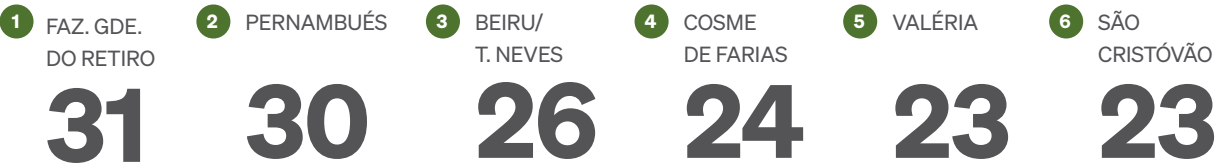


— RANKING DOS BAIRROS COM MAIS TIROTEIOS EM 2024



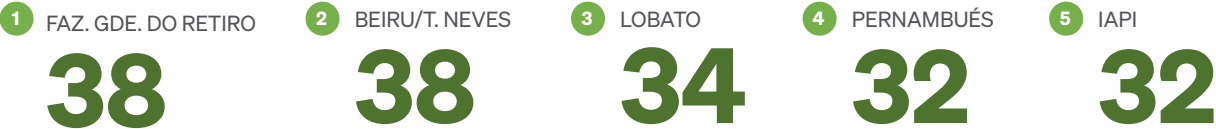
Todos os bairros ficam em **SALVADOR**. Em quatro deles foram registrados **29** tiroteios.

— RANKING DOS BAIRROS COM MAIS TIROTEIOS EM AÇÃO POLICIAL EM 2024

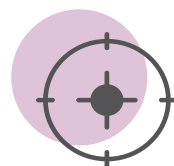
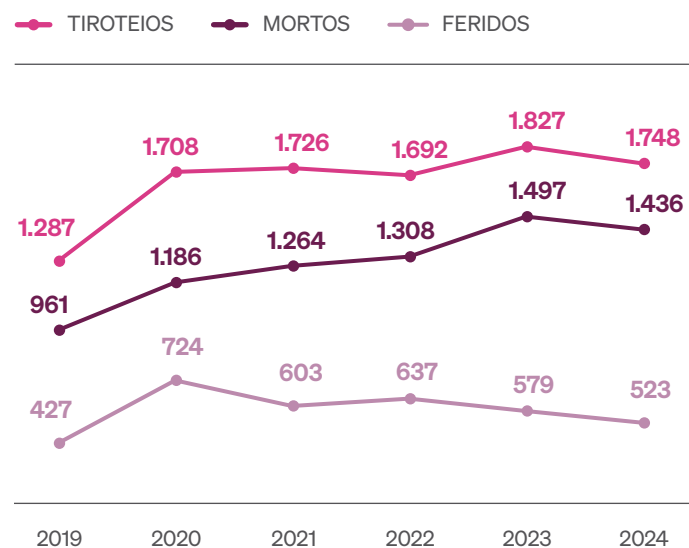


11 BAIRROS lideraram o ranking de tiroteios em ações policiais, concentrando **25%** desse tipo de violência ocorrido em toda a região metropolitana. Todos eles são bairros de maioria negra.

— RANKING DOS BAIRROS COM MAIS BALEADOS EM 2024



— EVOLUÇÃO TEMPORAL DA VIOLÊNCIA ARMADA



4%
DE QUEDA NO
NÚMERO DE
TIROTEIOS em relação
a 2023. No entanto,
a violência ainda é
superior ao patamar
de 2022, ano anterior
ao início do governo
Raquel Lyra.

— RANKING DOS MOTIVOS DOS TIROTEIOS EM 2024

HOMÍCIDIO/TENTATIVA



TENTATIVA/ROUBO



AÇÃO/OPERAÇÃO POLICIAL



BRIGA



TIROS A ESMO



DISPUTA



SUICÍDIO



SEQUESTRO/CÁRCERE PRIVADO



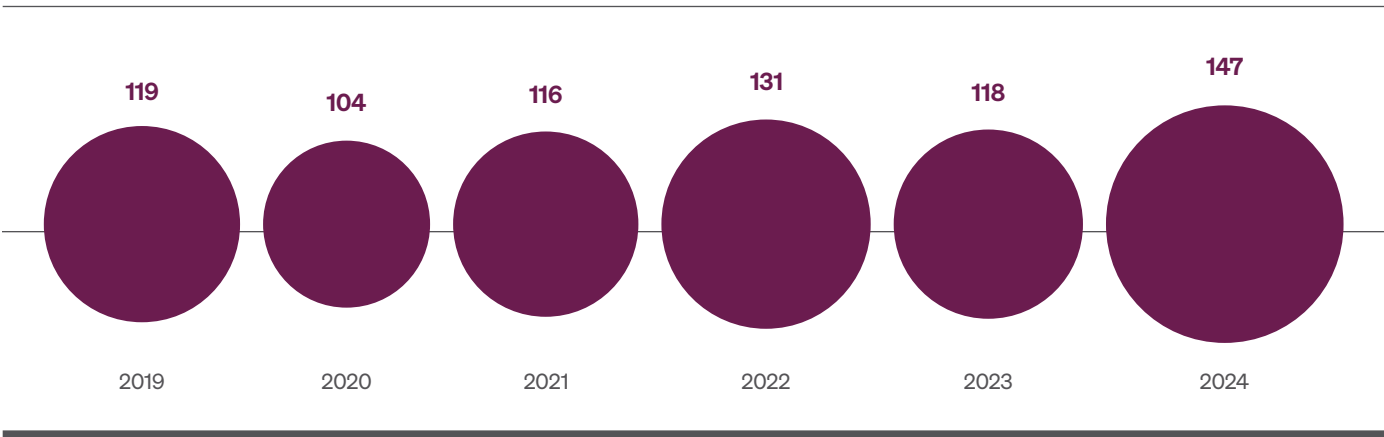
DISPARO ACIDENTAL



ATAQUE A CIVIS



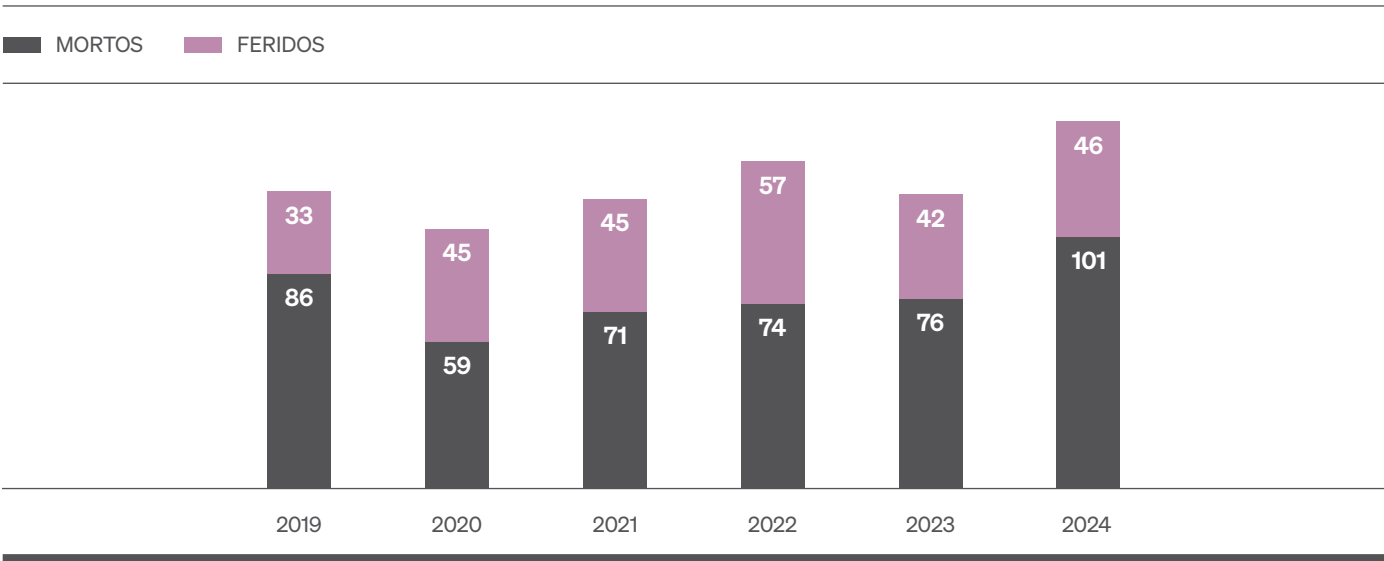
— CRIANÇAS E ADOLESCENTES BALEADOS



25%

de aumento de **CRIANÇAS E ADOLESCENTES BALEADOS** em 2024. É o maior patamar da série histórica.

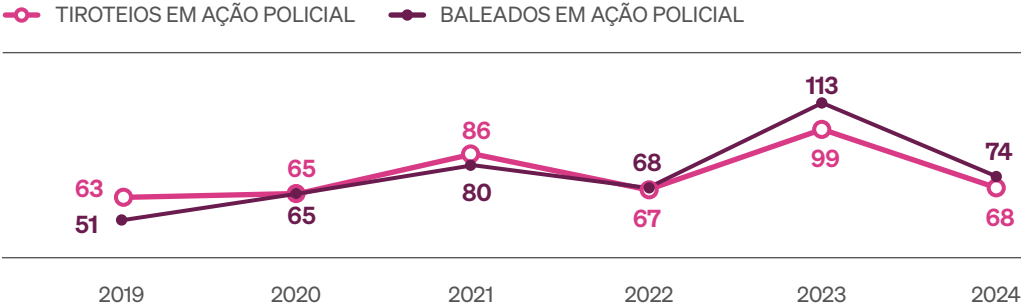
— CRIANÇAS E ADOLESCENTES MORTOS E FERIDOS



33%

de aumento de **CRIANÇAS E ADOLESCENTES MORTOS E ADOLESCENTES MORTOS** em 2024.

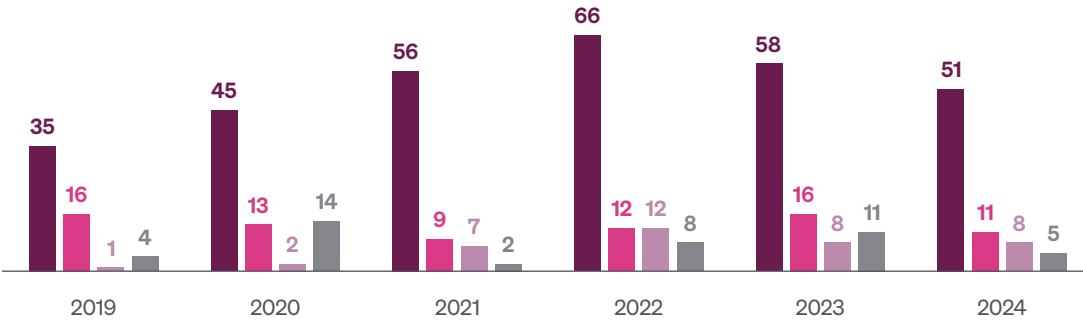
— EVOLUÇÃO TEMPORAL COM TIROTEIOS E BALEADOS EM AÇÃO POLICIAL



AÇÕES POLICIAIS representam menos de **4%** da violência armada e caíram em 2024. Ainda assim, o patamar atual ainda representa um **aumento de 9%** se comparado a 2022.

— DESCONTROLE DA VIOLÊNCIA ARMADA

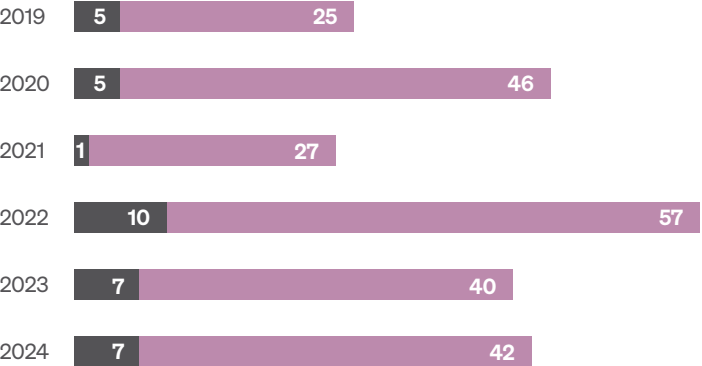
— DUPLO HOMICÍDIO — CRIMES DE ÓDIO (FEMINICÍDIO, TRANSFOBIA E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA)
— ATAQUE ARMADO SOBRE RODAS — CHACINA



4%
de **REDUÇÃO**
NO **NÚMERO DE**
TIROTEIOS. Apesar
disso, o **número**
de **balas perdidas**
aumentou.

— VÍTIMAS DE BALA PERDIDA

— MORTOS — FERIDOS



NÚMERO DE BALEADOS

1.959

RAÇA NÃO IDENTIFICADA

49%

BALEADOS EM CASA

11%

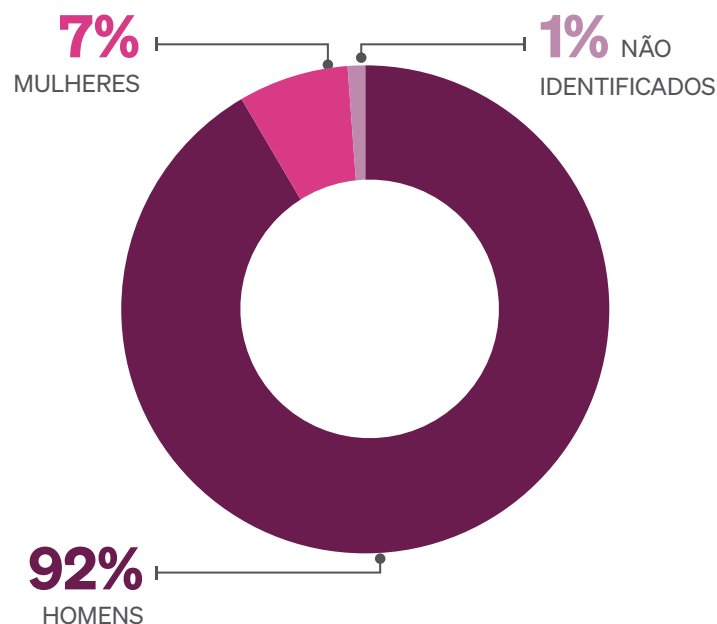
— GÊNERO DAS VÍTIMAS EM 2024



27%

DAS MULHERES

vítimas de violência armada foram baleadas dentro de casa.



— GRUPO ETÁRIO DAS VÍTIMAS EM 2024

ADULTOS

1.768

ADOLESCENTES

141

IDOSOS

22

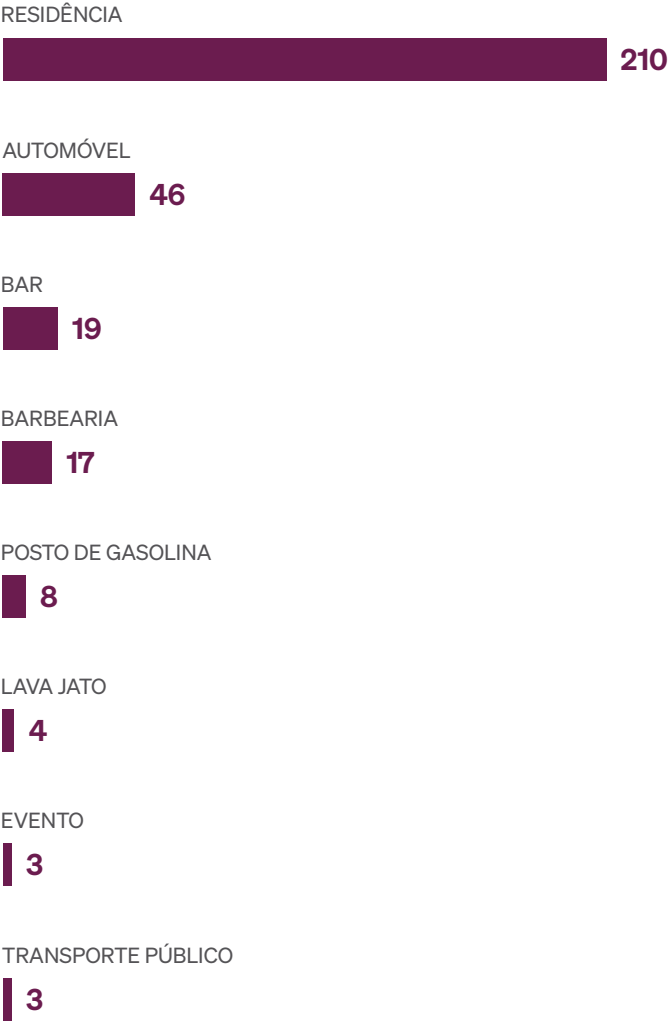
NÃO IDENTIFICADO

22

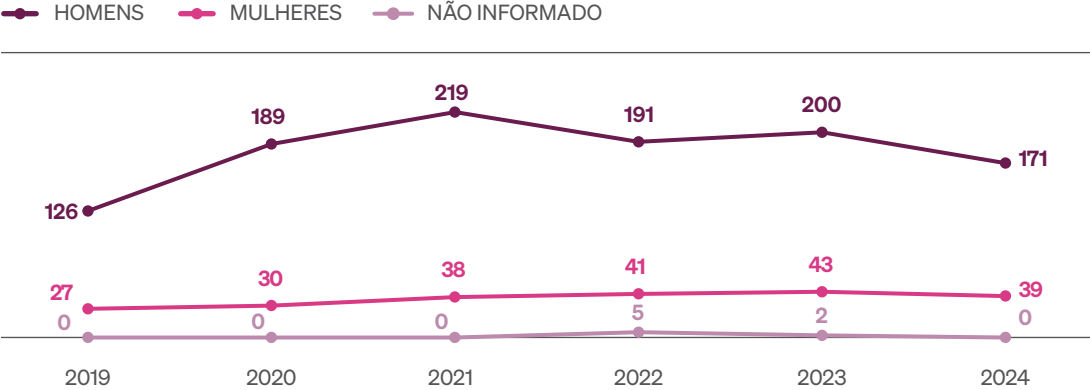
CRIANÇAS

6

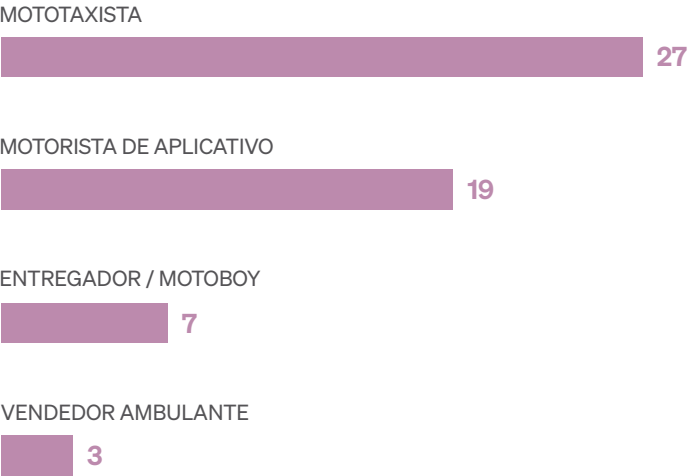
__ BALEADOS POR LOCAL EM 2024



__ EVOLUÇÃO TEMPORAL DE PESSOAS BALEADAS EM CASA



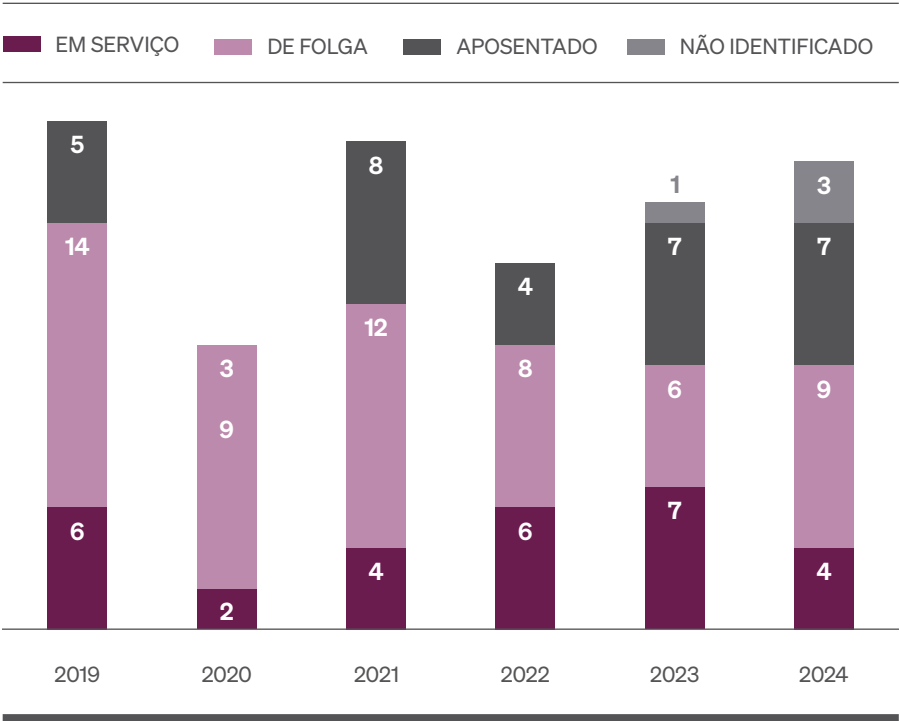
__ TRABALHADORES INFORMAIS BALEADOS EM 2024



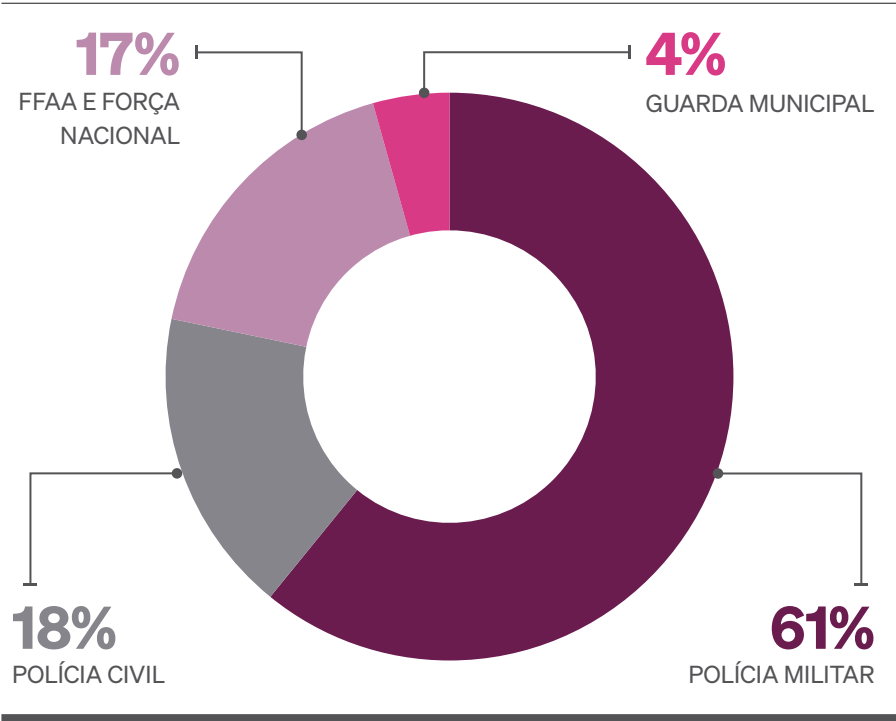
93%

de aumento no número de MOTOTAXISTAS BALEADOS.

— AGENTES BALEADOS



— AGENTES BALEADOS POR FORÇA EM 2024



— TIROTEIOS EM RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA EM 2024



Aumentou o **NÚMERO DE TIROTEIOS** em **8** dos **15** municípios monitorados pelo Fogo Cruzado. São eles: Araçoiaba, Camaragibe, Goiana, Igarassu, Itapissuma, Moreno, Paulista e São Lourenço da Mata.

— RANKING DOS 11 BAIRROS COM MAIS BALEADOS EM 2024





PARÁ





TIROTEIOS

694



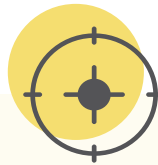
TIROTEIOS EM AÇÃO

289



MORTOS

526



FERIDOS

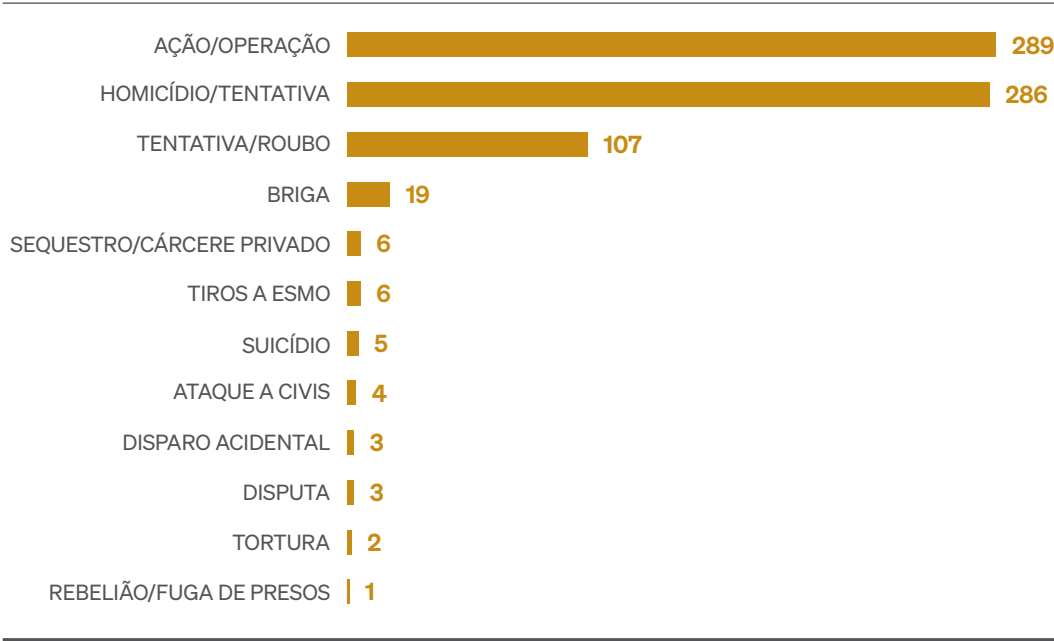
160



BALEADOS

686

— RANKING DE MOTIVOS DE TIROTEIOS EM 2024

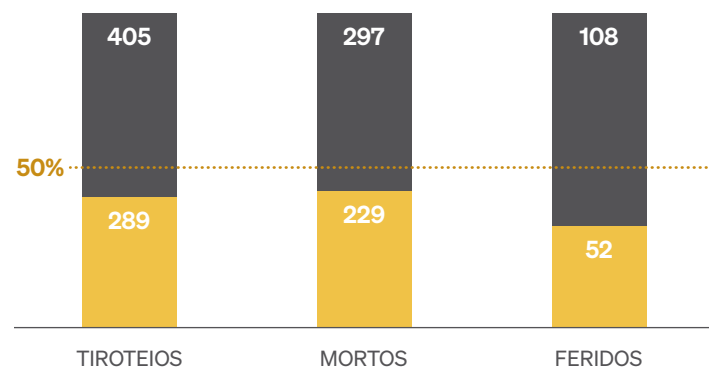


41%

dos tiroteios foram em **AÇÃO POLICIAL**. Patamar é superior ao do Rio de Janeiro **(36%)** e da Bahia **(38%)**.

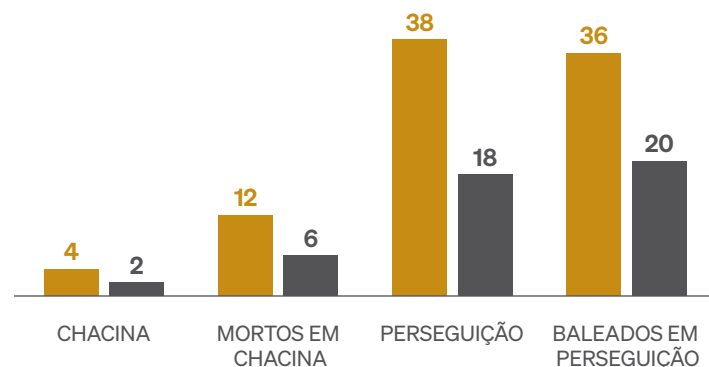
— TIROTEIOS, MORTOS E FERIDOS

■ FORA DE AÇÃO POLICIAL ■ EM AÇÃO POLICIAL



— O PESO DA VIOLÊNCIA POLICIAL

■ FORA DE AÇÃO POLICIAL ■ EM AÇÃO POLICIAL



— DESCONTROLE DA VIOLÊNCIA ARMADA

ASSALTO/TENTATIVA



ATAQUE ARMADO SOBRE RODAS



BRIGA



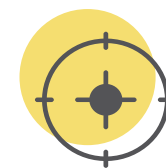
SEQUESTRO/CÁRCERE PRIVADO



ATAQUES ARMADOS CONTRA CIVIS



DISPUTA DE TERRITÓRIO



A violência na região metropolitana de Belém tem alvo certo. Apenas **duas pessoas** ficaram **FERIDAS POR BALAS PERDIDAS**.

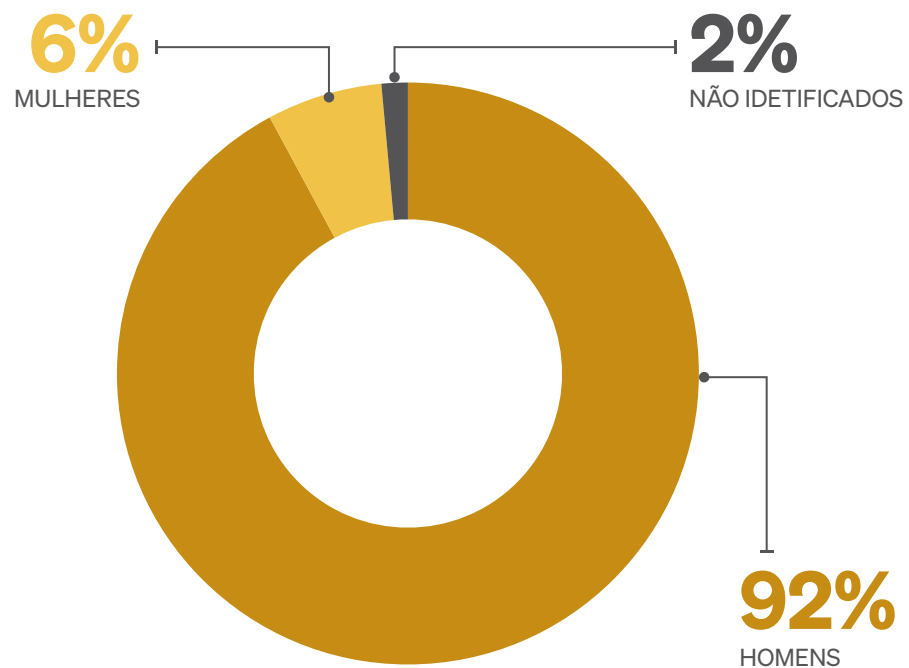
NÚMERO DE BALEADOS

686

RAÇA NÃO IDENTIFICADA

34%

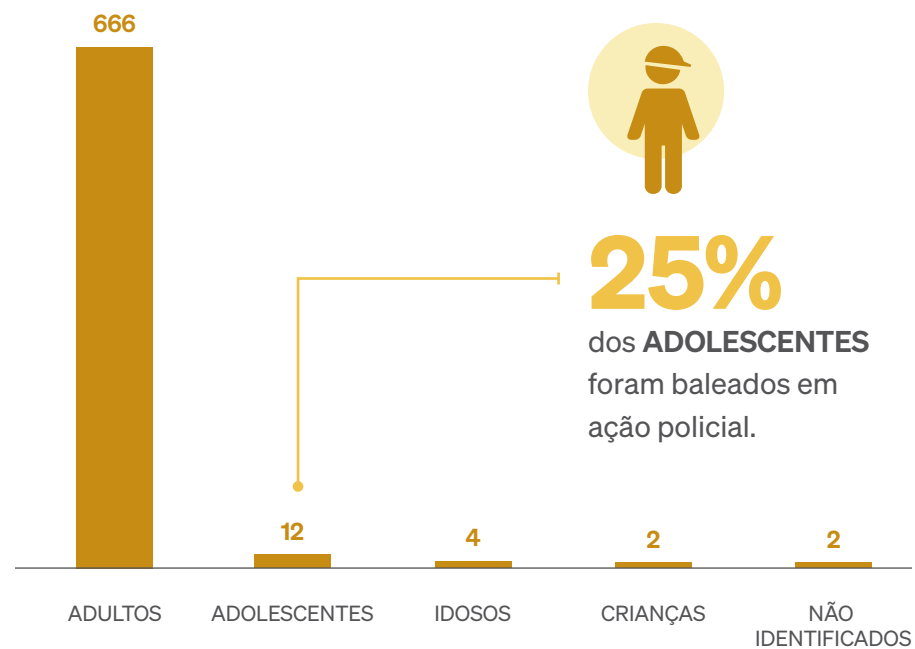
— GÊNERO DAS VÍTIMAS



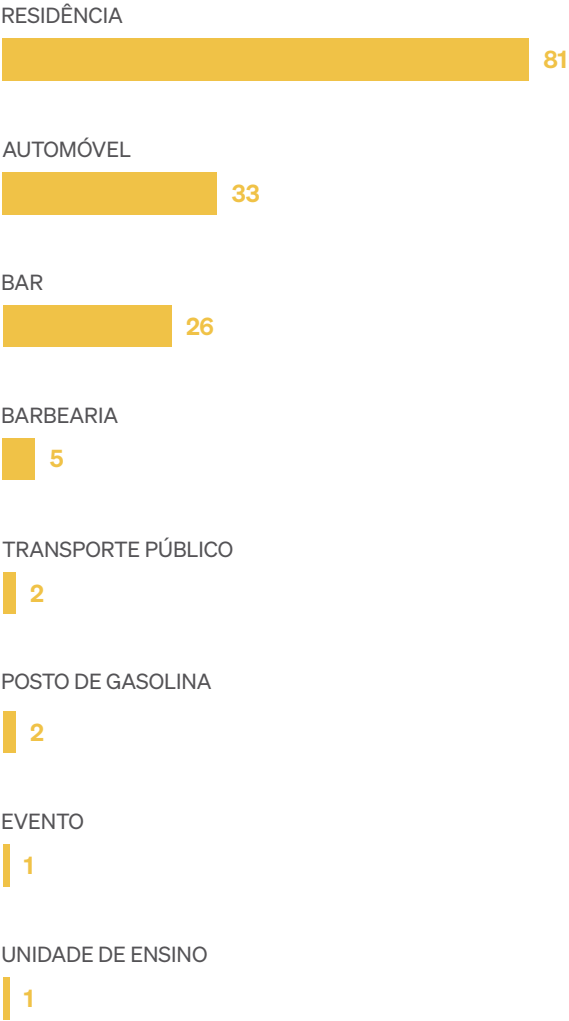
— COR DAS VÍTIMAS EM 2024



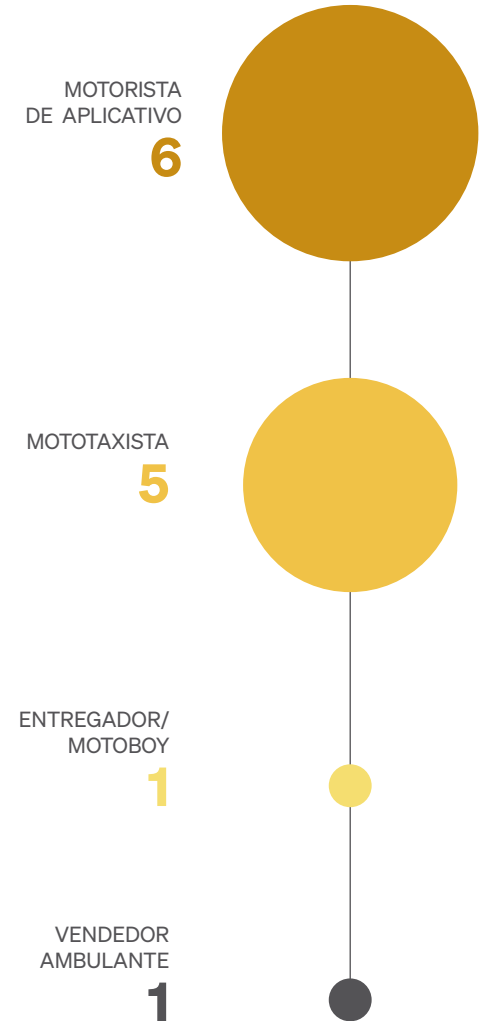
— GRUPO ETÁRIO DAS VÍTIMAS EM 2024



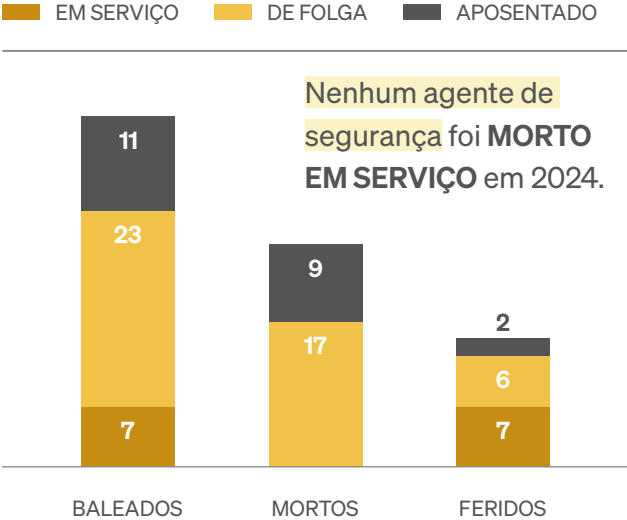
— VÍTIMAS BALEADAS POR LOCAL EM 2024



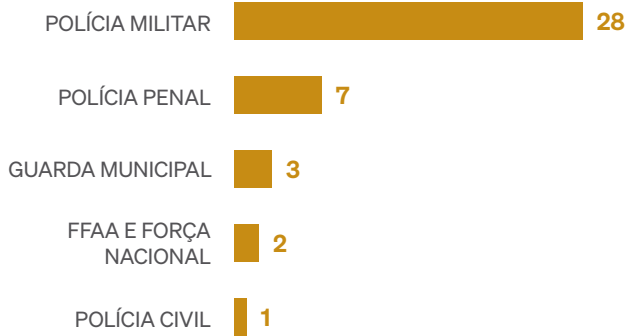
— BALEADOS POR PROFISSÃO EM 2024



— AGENTES BALEADOS



— AGENTES BALEADOS POR FORÇA

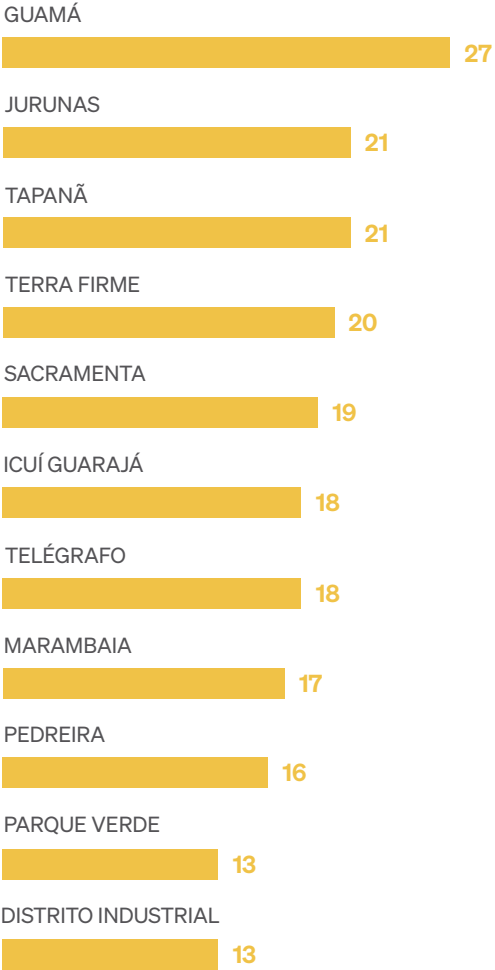


— TIROTEIOS EM BELÉM E REGIÃO METROPOLITANA EM 2024

1	BELÉM	372	6	BENEVIDES	25
2	ANANINDEUA	124	7	SANTA IZABEL DO PARÁ	24
3	MARITUBA	62	8	SANTA BÁRBARA DO PARÁ	3
4	CASTANHAL	49			
5	BARCARENA	35			



— RANKING DOS BAIRROS COM MAIS TIROTEIOS EM 2024



— RANKING DOS BAIRROS COM MAIS TIROTEIOS EM AÇÃO POLICIAL EM 2024



— RANKING DOS BAIRROS COM MAIS BALEADOS EM 2024



METODOLOGIA

O Instituto Fogo Cruzado criou uma metodologia inédita para o registro colaborativo e sistemático de episódios de violência armada e suas consequências. Atualmente a organização atua nas regiões metropolitanas de Recife, Rio de Janeiro, Salvador e Belém. Essa iniciativa desponta no cenário brasileiro pelo seu pioneirismo na combinação de duas estratégias bem-sucedidas:

- Promoção de autonomia da sociedade no registro da violência armada (em suas diversas circunstâncias);
- Curadoria, análise e divulgação responsável das informações, com mecanismos de checagem adequados que garantem confiabilidade aos dados.

A rotina do serviço prestado é baseada no tripé: coleta de dados sobre tiroteios, sistematização das informações em base de dados própria e disseminação do conhecimento produzido. Para tanto, o instituto disponibiliza um aplicativo gratuito exclusivo e site multifuncional e mantém forte presença nas redes sociais.

Cada região metropolitana onde o Fogo Cruzado atua conta com uma equipe responsável por monitorar, diariamente, casos de tiroteios através das nossas fontes. As informações são coletadas: 1) via usuários — através do aplicativo e redes sociais; 2) via imprensa e 3) via informações públicas dos órgãos de segurança.

Uma vez notificado sobre um tiroteio, o analista do Fogo Cruzado checa a veracidade da informação, conforme os critérios pré-estabelecidos pela organização, antes de cadastrá-la no banco de dados. Nessa etapa, os analistas buscam analisar uma série de características dos episódios de violência armada, bem como avaliam marcadores geográficos e temporais para evitar duplicações.

Os dados sistematizados na base de dados sobre violência armada exclusiva do Fogo Cruzado são disponibilizados para a população em múltiplos formatos:

- I. Em sua forma bruta através da API e da ferramenta de pesquisa da mesma.
- II. Em forma de estatísticas através de ferramenta própria no site.
- III. Em forma de indicadores de tendências em tempo real através de postagens em nossas redes sociais.
- IV. Em forma de levantamentos temáticos através da seção de notícias do nosso site.
- V. Em forma de levantamentos acumulados de períodos em nossos relatórios mensais, semestrais e anuais.
- VI. E, finalmente, por e-mail sob demanda de jornalistas, organizações da sociedade civil, gestores públicos ou qualquer cidadão interessado.

— INSTITUTO FOGO CRUZADO

Cecília Olliveira

DIRETORA EXECUTIVA

Maria Isabel Couto

DIRETORA DE DADOS E TRANSPARÊNCIA

Marianna Araujo

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO E INOVAÇÃO

— GESTÃO

Davi Arloy

GERENTE DE GESTÃO

Letícia Wolowski

ASSISTENTE DE GESTÃO

— COMUNICAÇÃO

Diogo Santos

GERENTE DE COMUNICAÇÃO E INOVAÇÃO

Renata Sena

REDATORA

Juliana Aguiar

ANALISTA DE REDES

Gabrielli Thomaz

ASSESSORA DE IMPRENSA

Maria Auxiliadora dos Santos

ASSESSORA DE IMPRENSA (BA)

Catarina Barbosa

ASSESSORA DE IMPRENSA (PA)

Lory Costa

DESIGNER

— DADOS E PESQUISA

Terine Coelho

GERENTE DE PESQUISA

Íris Rosa

ASSISTENTE DE PESQUISA

Rafael Coletto

ASSISTENTE DE DADOS

Davi Santos

ANALISTA DE TI

— EQUIPE BA

Tailane Muniz

COORDENADORA

Brigitte Barreiro

Ominlandê Onawale

Paulo Aguiar

Vanessa Rocha

ANALISTAS DE DADOS

— EQUIPE PE

Ana Maria Franca

COORDENADORA

Joan Kleber Amorim

Lara Pirro

ANALISTAS DE DADOS

— EQUIPE RJ

Carlos Nhanga

COORDENADOR

Laerte Breno

Mayara Mangifeste

Michel Rosa

Rodrigo Raimundo

ANALISTAS DE DADOS

— EQUIPE PA

Eryck Batalha

COORDENADOR

Raquel Freitas

Leandro Sarrazin

Thayana Campos

ANALISTAS DE DADOS

Lucas Patrick

ANALISTA DE DADOS VOLANTE

SOBRE O FOGO CRUZADO

O Fogo Cruzado é um Instituto que usa tecnologia para produzir e divulgar dados abertos e colaborativos sobre violência armada, fortalecendo a democracia através da transformação social e da preservação da vida.

Com uma metodologia própria e inovadora, o laboratório de dados da instituição produz mais de 50 indicadores inéditos sobre violência nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, do Recife, de Salvador e de Belém. A atuação do Instituto em Pernambuco acontece em parceria com o Gajop e em Salvador, com a Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas.

Por meio de um aplicativo de celular, o Fogo Cruzado recebe e disponibiliza informações sobre tiroteios, checadas em tempo real, que estão no único banco de dados aberto sobre violência armada da América Latina, que pode ser acessado gratuitamente pela API do Instituto.

SOBRE A INICIATIVA NEGRA

A Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas é uma organização da sociedade civil que atua, desde 2015, pela construção de uma agenda de justiça racial e econômica promovendo ações de advocacy em Direitos Humanos e propondo reformas na atual política de combate às drogas.

Inicialmente como um projeto, hoje a Iniciativa está consolidada como a primeira ONG negra do país a assumir o compromisso de diagnosticar e apontar soluções pacíficas para uma reforma da política sobre drogas a partir da perspectiva racial. Para nós, a chamada “guerra às drogas” no Brasil é a principal justificativa política para a manutenção da opressão racial sobre a população negra.

Com foco nas agendas nacionais e regionais de segurança pública, sistema de justiça e saúde mental, o trabalho da Iniciativa Negra consiste em fortalecer a democracia brasileira e assegurar os direitos de populações historicamente discriminadas, como negros, indígenas e habitantes de periferias.

SOBRE O GAJOP

O Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP) é uma entidade da sociedade civil, criada em 1981, que tem como missão “Defender e promover os Direitos Humanos, com foco no Acesso à Justiça e a Segurança, em especial, dos segmentos socialmente vulneráveis, através da Educação em Direitos Humanos, do Controle Social e do Monitoramento de Políticas Públicas, visando a construção de uma sociedade digna, justa e democrática”. O GAJOP atua na defesa intransigente dos direitos humanos, a partir das linhas estratégicas: Acesso à Justiça; Sistema de Justiça Criminal; Educação em Direitos Humanos; Infância e Juventude.